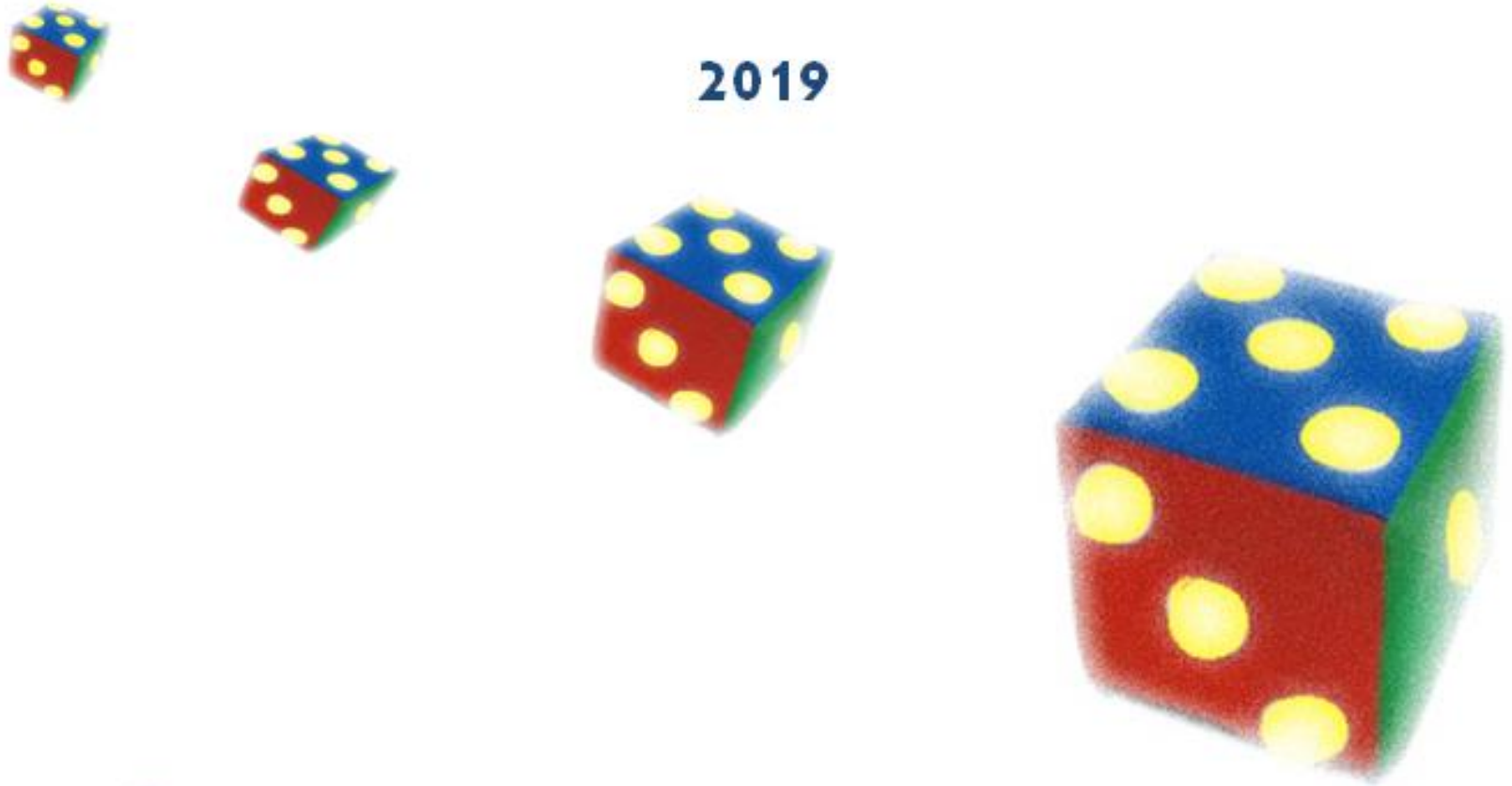
Plano de Atividades, Orçamento e Recursos Humanos

2019



qualidade, inovação, mudança e desafio

31 de outubro 2018

Título:

Plano de Atividades, Orçamento e Recursos Humanos | 2019

Equipa Responsável

Departamento de Apoio à Coordenação

Sandra Veiga (Coordenação)

Alexandra Dias

Ana Longle

Ana Marques

Catarina Sousa

Marília Marques

Sílvia Peres

Susana Abreu

Departamento de Serviços Partilhados

Álvaro Amaral (Coordenação)

Pedro Nerra

Unidade de Recursos Humanos

Carla Peixe (Coordenação)

Sílvia Duarte

Índice

1. Nota Introdutória 5
2. Apresentação da Casa Pia de Lisboa, I.P. 6
2.1. Caracterização 6
2.2. Missão, Visão e Valores 8
2.3. Estrutura Organizacional 9
3. Ciclo de planeamento 10
4. Estratégia da CPL, I.P. e Objetivos 11
4.1. Objetivos Estratégicos 2019-2023/ Objetivos Operacionais 2019 12
4.2. Execução dos Objetivos Operacionais 14
4.2.1. Quadros de Programação Operacional 2019 15
5. QUAR 2019 20
6. Orçamento Global 22
7. Mapa de Pessoal 31
Anexos 38
Indicadores de Gestão 39
Indicadores de Processo_SGI 42
Parecer do Fiscal Único 47
Memória Descritiva do Mapa de Pessoal 52

1. Nota Introdutória

No cumprimento do imperativo legal e estatutário, cumpre apresentar o Plano de Atividades, Orçamento e Recursos Humanos para 2019.

A Casa Pia de Lisboa (CPL, I.P.) quer desenvolver um trabalho de excelência nas suas áreas de missão, perspetivando no ano 2019 certificar valências ao nível da qualidade e do ambiente, consolidar a sua intervenção e caminhar sempre para a melhoria contínua, trazendo uma energia nova convertida em formas de qualidade, inovação mudança e desafio.

O Plano de Atividades, Orçamento e Recursos Humanos (PAORH), como um instrumento útil de trabalho, permite à Instituição operacionalizar e monitorizar os objetivos definidos em sede de Plano Estratégico 2019_2023, alocando níveis de responsabilidade, de partilha de compromissos, de articulação de prazos e de responsabilidades assumidas por cada Unidade Orgânica, para os vários projetos e atividades delineados.

O documento reflete o processo de diálogo, de partilha de informação e de trabalho conjunto entre todas as Unidades Orgânicas envolvidas, e posterior sistematização e harmonização, evidenciando compromisso na definição e operacionalização dos objetivos, sempre em consonância com o Plano Estratégico 2019_2023.

A CPL, I.P. assume este PAORH como sendo um mapa que a orienta para um melhor desempenho global contando com a participação e envolvimento de todos os trabalhadores, parceiros, famílias e demais intervenientes.

2. Apresentação da Casa Pia de Lisboa, I.P.

2.1. Caracterização

A CPL, I.P. é um Instituto Público que tem por missão integrar crianças e jovens, designadamente as desprovidas de meio familiar adequado, garantindo-lhes percursos educativos inclusivos, assentes, nomeadamente, numa escolaridade prolongada, num ensino profissional de qualidade e numa aposta na integração profissional e, sempre que necessário, acolhendo-os.

Com 238 anos de História, a CPL, I.P. é uma das principais instituições portuguesas ao serviço da educação, da pedagogia e da intervenção social. Desenvolve uma intervenção integrada com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, promovendo a promoção e proteção dos seus direitos e assegurando a igualdade de oportunidades com vista a um futuro sustentável e de sucesso.

Desde a sua fundação até à atualidade, a CPL, I.P. tem sofrido variadas transformações e reformas, decorrentes dos sucessivos contextos socioeconómicos, políticos e culturais que se verificaram ao longo da História de Portugal.

Atualmente, enquanto Instituto Público, a CPL, I.P. está integrada na administração indireta do Estado, sob a tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, dotada de autonomia administrativa e financeira, com património próprio. É ainda dotada de autonomia técnica e pedagógica, que compreende a capacidade de intervenção nas áreas sociais, educativas e formativas, com observância das orientações definidas pelo Ministério da Tutela e das que sejam seguidas no Ministério da Educação, com garantia do reconhecimento oficial para todos os ciclos, níveis e formas de ensino ministrados, nos termos da lei em vigor.

A sua atuação é assim especialmente dirigida à prevenção do risco, através da atividade de cinco equipamentos escolares situados na área metropolitana de Lisboa, que respondem a cerca de três mil crianças e jovens. Na área da reparação emocional e intervenção em matéria de promoção e proteção de crianças e jovens, dispõe de equipamentos que desenvolvem respostas de acolhimento residencial, com capacidade para duzentas e quinze crianças e jovens. Na área das pessoas com deficiência, desenvolve respostas para surdos e surdocegos, através da ação de dois equipamentos que incluem lar de apoio, lar residencial, centro de atividades ocupacionais e desenvolvimento de atividades, projetos ou programas que se julguem

oportunos ou indicados ao desenvolvimento e integração social desta população. Destaque ainda para as intervenções transversais proporcionadas por dois equipamentos, responsáveis pela gestão do património documental, cultural e artístico da CPL, I.P., bem como de programas de educação e animação agroambiental.

2.2. Missão, Visão e Valores

Missão

Integrar crianças e jovens, designadamente as desprovidas de meio familiar adequado, garantindo-lhes percursos educativos inclusivos, assentes, nomeadamente, numa escolaridade prolongada, num ensino profissional de qualidade e numa aposta na integração profissional e, sempre que necessário, acolhendo-os.

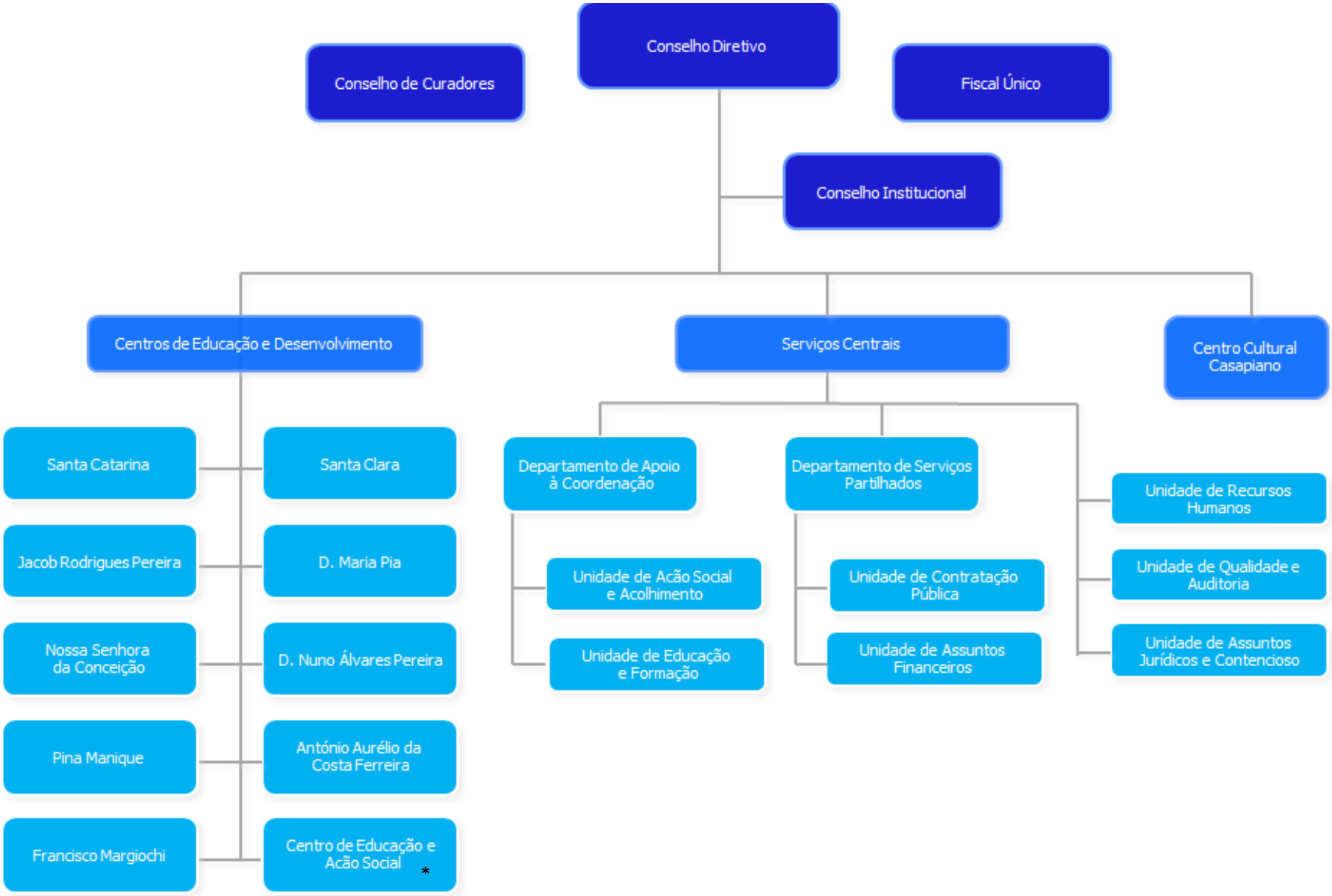
Visão

Ser uma referência nacional no Acolhimento, Educação, Formação e Inclusão de Crianças e Jovens.

Valores

Autonomia;
Empreendedorismo;
Intervenção democrática;
Participação;
Precocidade da intervenção;
Responsabilidade;
Solidariedade social.

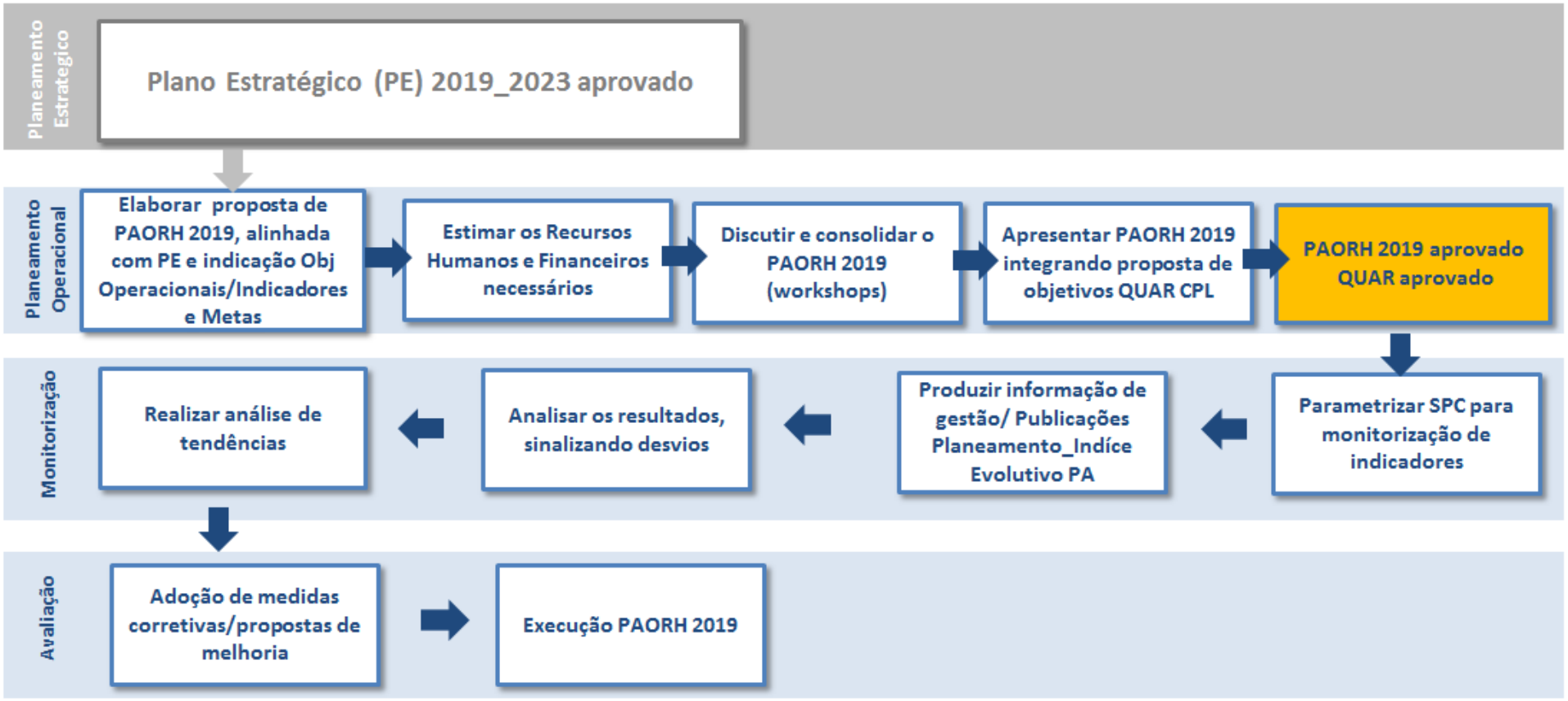
2.3. Estrutura Organizacional



* Em processo de extinção: Despacho 17D/2015/SESS, de 18/02/2015

3. Ciclo de planeamento

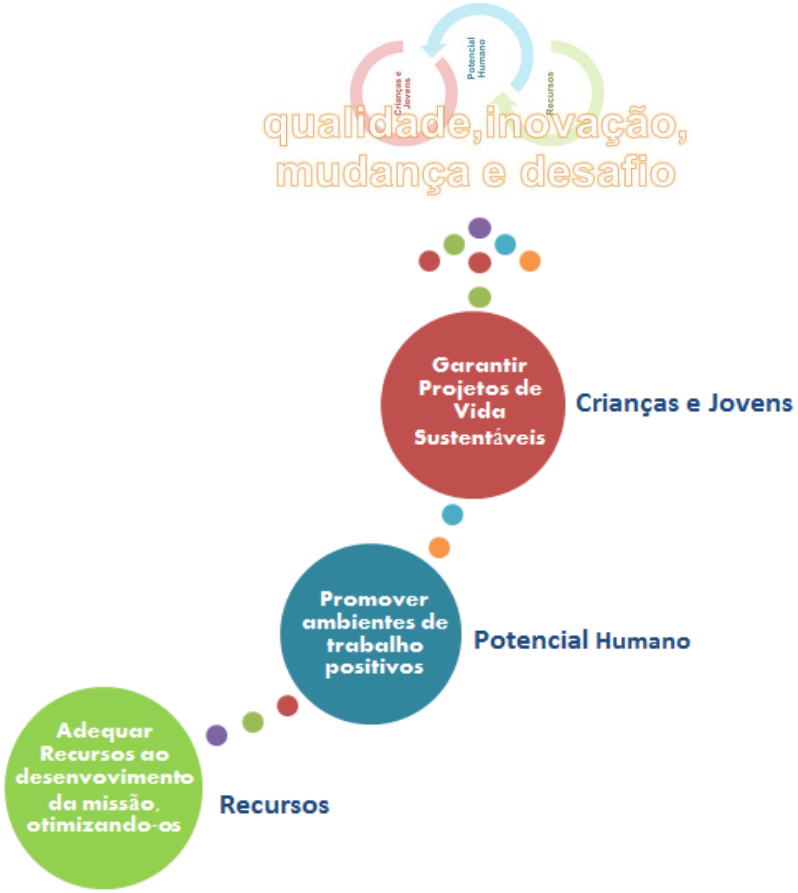
O ciclo de planeamento, em conformidade com o processo do Sistema de Gestão Integrada_G01 Planeamento e Controlo, realiza-se de acordo com as seguintes atividades:



4. Estratégia da CPL, I.P. e Objetivos

O Plano Estratégico 2019-2023 assume a **Qualidade,** a **Inovação**, a **Mudança** e o **Desafio** enquanto marcos distintivos da sua atuação, visíveis nos procedimentos, métodos e condições de trabalho, atendimento dos diferentes clientes, novas práticas pedagógicas e modelos de desenvolvimento para as crianças e jovens, valorizando o potencial humano da organização e otimizando os recursos afetos.

O PAORH 2019 nasce assim do Plano Estratégico, com referência às 3 dimensões **Crianças e Jovens, Potencial Humano e Recursos,** as quais são o ponto de partida para o aumento da eficácia e da eficiência no futuro que se perspetiva para a Instituição.



4.1. Objetivos Estratégicos 2019-2023/ Objetivos Operacionais 2019

Para a concretização dos objetivos definidos no Plano Estratégico 2019-2023, foram delineados os objetivos operacionais que concorrem para a execução da estratégia, para a melhoria contínua do desempenho da CPL, I.P., sempre numa perspetiva de alcançar um referencial de excelência.

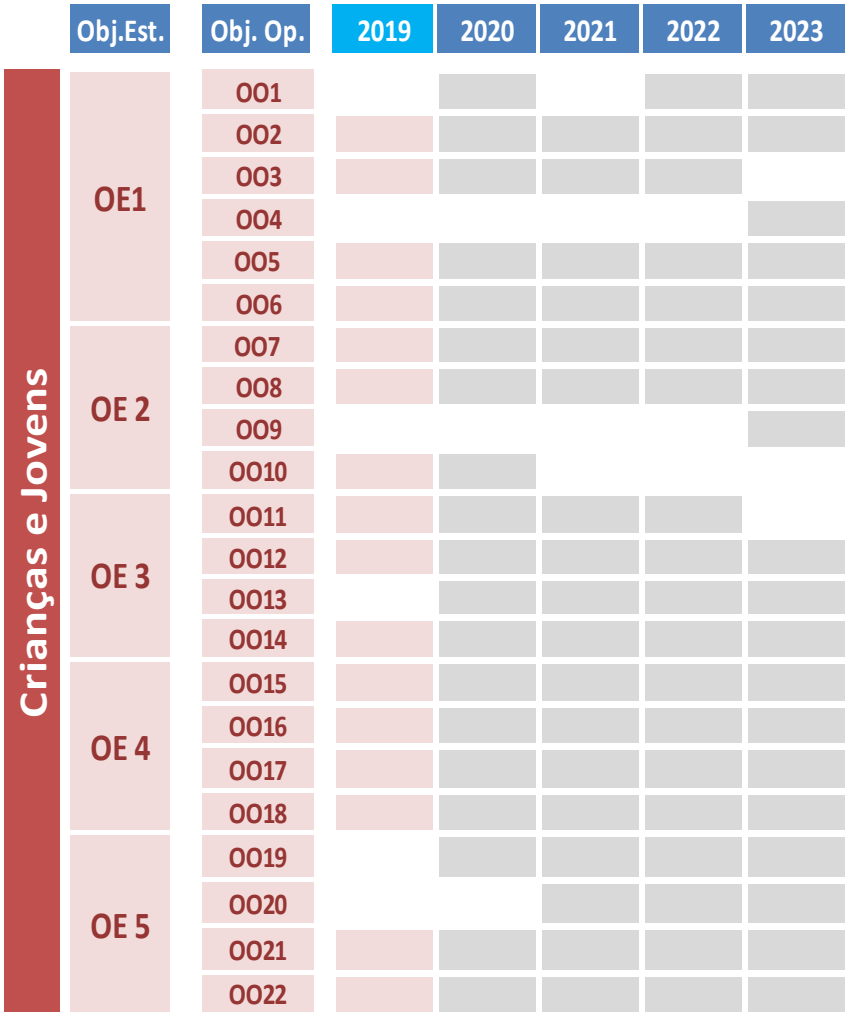
O quadro que se segue apresenta a ligação entre os objetivos estratégicos e os respetivos objetivos operacionais, por dimensão.

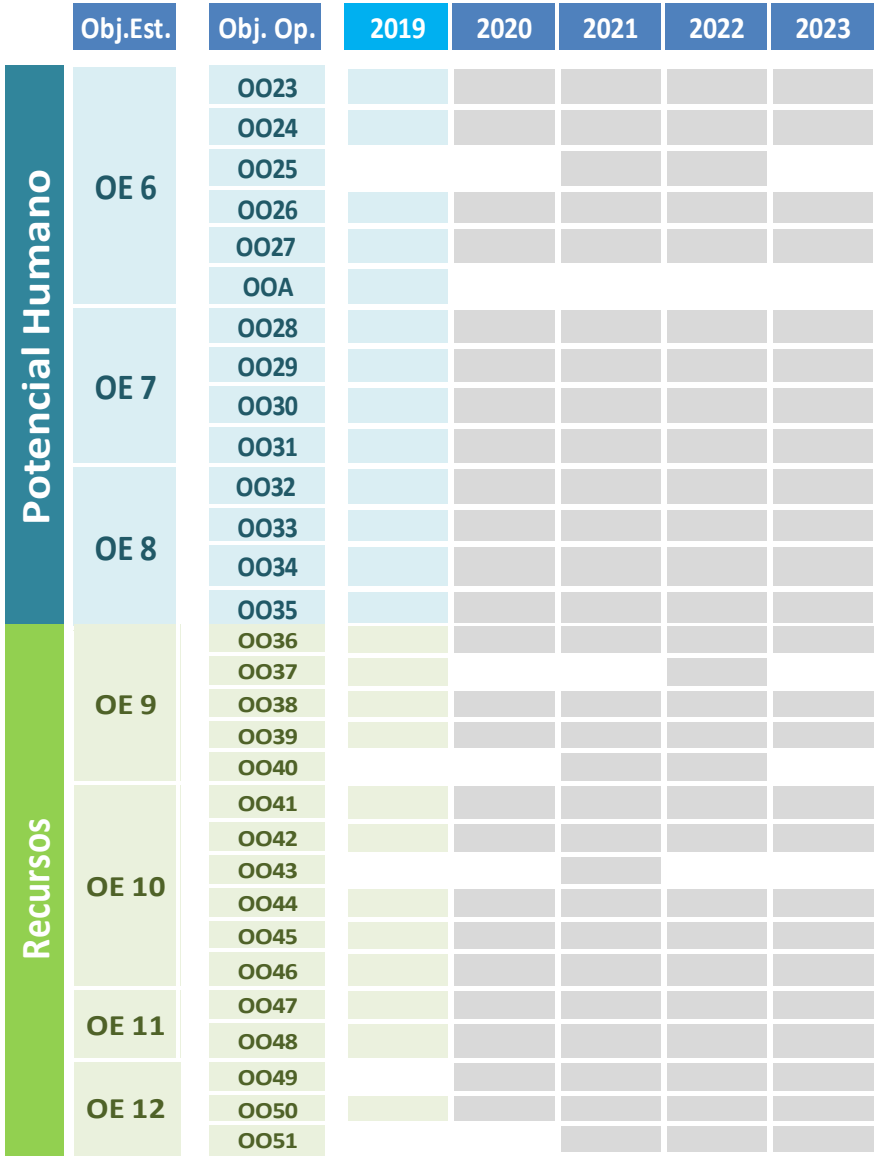
	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais
Crianças e Jovens	OE1 - Assegurar que a CPL seja reconhecida como referência nacional no Acolhimento de crianças e jovens em perigo	OO2. Consolidar a Intervenção Terapêutica no Acolhimento Residencial
		OO3. Melhorar a qualidade do Acolhimento Residencial na CPL
		OO5. Promover competências parentais e/ou de autonomia em acolhimento residencial
		OO6. Potenciar a educação ambiental e cívica das crianças e jovens
	OE 2 - Contribuir para a rutura com o ciclo de exclusão social, promovendo processos de autonomização e integração sustentável	OO7. Implementar projetos holísticos de forma sistemática que promovam ambientes favoráveis às aprendizagens
		OO8. Assegurar a inserção escolar/profissional dos jovens que saem da CPL
		OO10. Redefinir a intervenção psicossocial dos CED Tipo 2
	OE 3 - Assegurar que a CPL está na vanguarda das tendências nacionais e internacionais em matéria educativa e formativa	OO11. Alargar o modelo de aprendizagem reforçando as práticas pedagógicas ativas na construção de percursos educativos inclusivos e de inovação
		OO12. Identificar e avaliar as competências sociais e pessoais das crianças e jovens no final de cada ciclo do ensino e nível formativo
		OO14. Promover a cooperação e reforçar as relações com outras entidades, valorizando o mentoring empresarial
	OE 4 - Promover o reconhecimento da CPL como uma marca de excelência na educação e formação de crianças e jovens	OO15. Garantir a qualidade das aprendizagens e o sucesso educativo e formativo das crianças e jovens que frequentam a CPL
		OO17. Garantir a atualização dos planos curriculares para melhor responder às necessidades do mercado de trabalho
		OO18. Combater o abandono escolar dos jovens sem certificação escolar e/ou profissional
	OE 5 - Recentrar a intervenção da CPL na reabilitação e inclusão de crianças e jovens com deficiência e/ou incapacidade	OO21. Consolidar o Centro de atendimento, acompanhamento e reabilitação social das pessoas com deficiência (CAARPD)
		OO22. Consolidar a Academia de Língua Gestual Portuguesa

Potencial Humano	OE 6 - Incrementar uma cultura organizacional para a motivação e captação de trabalhadores	OO23 Reforçar a implementação de medidas de conciliação da vida profissional, pessoal e bem-estar dos trabalhadores
		OO24 Diminuir o absentismo dos trabalhadores
		OO26 Promover projetos e atividades inovadoras apresentadas pelos trabalhadores
		OO27 Recrutar e selecionar trabalhadores com perfil de competências adequadas aos novos desafios
		OOA Garantir a operacionalização atempada dos atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16 da LOE (redação provisória).
	OE 7 - Desenvolver o capital humano adequando as competências às necessidades organizacionais	OO28 Fomentar a partilha de conhecimentos entre os profissionais
		OO29 Assegurar o desenvolvimento de competências dos trabalhadores através de formação de caráter estratégico
		OO30 Promover e incentivar medidas para a autoformação/ desenvolvimento dos trabalhadores e das equipas
		OO31 Implementar planos de sucessão para dos postos de trabalho críticos
	OE 8 - Promover uma política estruturada de ambiente, segurança, saúde no trabalho e responsabilidade social	OO32 Promover a progressiva desmaterialização com vista ao "Papel zero"
		OO33 Reforçar as medidas no âmbito do ambiente, segurança e saúde no trabalho
		OO34 Desenvolver medidas no âmbito da responsabilidade social
		OO35 Promover a eficiência energética de edifícios
Recursos	OE 9 - Potenciar a marca/imagem da CPL	OO36. Definir e executar um plano de marketing institucional
		OO37. Melhorar a imagem da CPL junto da opinião pública
		OO38. Promover a divulgação externa de atividades, projetos realizados e prémios obtidos ao longo do ano
		OO39. Realizar encontros técnico-científicos na área da missão
	OE 10 - Redefinir prioridades na afetação de recursos orçamentais e sua articulação com as grandes opções estratégicas	OO41. Assegurar a afetação miníma de 5 % da dotação orçamental de receitas próprias, incluindo a dotação do OSS, a projetos de investimento
		OO42. Definir um plano anual de aquisição de bens e serviços
		OO44. Definir um plano plurianual de investimento
		OO45. Renovar progressivamente os espaços de aprendizagem das respostas educativas e formativas
		OO46. Renovar progressivamente as condições de bem estar e segurança das instalações afetas ao acolhimento
	OE 11 - Adequar a capacidade tecnológica, as infraestruturas e os equipamentos aos desafios estratégicos	OO47. Garantir a atualização do parque tecnológico
		OO48. Implementar salas de elevada tecnologia (Hi-tech) para as respostas educativas e formativas
	OE 12 - Garantir uma política de segurança e proteção de dados em arquivo tecnológico e físico	OO50. Promover a racionalização dos arquivos da CPL

4.2. Execução dos Objetivos Operacionais

Os Objetivos Estratégicos para o ciclo 2019-2023 contribuem para a concretização da visão idealizada e são concretizados através de Objetivos Operacionais. Na ilustração que se segue é possível verificar a sua distribuição no período temporal referido, destacando-se os que serão operacionalizados no ano 2019.





4.2.1. Quadros de Programação Operacional 2019

PE	Meta PE	Objetivo Operacional	Valor Referência	Meta 2019	Indicador		UO	Or [€]	RH	Plano de Formação
					Designação	Fórmula de cálculo				
OE1 - Assegurar que a CPL seja reconhecida como referência nacional no Acolhimento de crianças e jovens em perigo.	75%	OO2. Consolidar a Intervenção Terapêutica no Acolhimento Residencial	76,10%	75%	Taxa de cuidadores diretos e demais profissionais abrangidos por ações de formação orientadas para a intervenção terapêutica.	(Nº de cuidadores diretos e demais profissionais abrangidos por ações de formação / Nº total de cuidadores diretos e demais profissionais) x 100	**PP URH**, DAC/UASA, SCAT, SCL, JRP, AACF	n.a.	n.a.	x
	85%		n.d	70% [QUAR]	Taxa de crianças e jovens em Acolhimento Residencial com Livro de Vida.	(Nº de crianças/jovens em AR com 1 Livro de Vida / Nº total de crianças/jovens em AR) x100	**PP DAC/UASA**, SCAT, SCL, JRP, AACF	n.a.	n.a.	n.a.
	90%	OO3. Melhorar a qualidade do Acolhimento Residencial na CPL	n.d.	80%	Taxa de implementação das recomendações do estudo/medidas de avaliação de qualidade do Acolhimento Residencial	(Nº de recomendações do estudo/medidas implementadas / Nº total de recomendações do estudo/medidas) x 100	**PP DAC/UASA**, DSP, URH, SCAT, SCL	30.000,00 €	n.a.	n.a.
	70%		67,5%	67,5%	Taxa de satisfação global das crianças e jovens em Acolhimento Residencial	(Soma do nº de respostas *"Satisfeito"* e *"Muito Satisfeito"* / Nº Total de respostas válidas (todos os níveis)) x 100	**PP DAC/UASA**, PLAN, SCAT, SCL, JRP	n.a.	n.a.	n.a.
	30-11-2019	OO5. Promover competências parentais e/ou de autonomia em Acolhimento Residencial	-	30-11-2019	Data de apresentação da proposta de reestruturação da intervenção	Data de apresentação ao CD	**PP DAC/UASA**, SCAT, SCL	n.a.	n.a.	n.a.
	750	OO6. Potenciar a educação ambiental e cívica das crianças e jovens.	110	150 [QUAR]	Nº de crianças e jovens em Acolhimento Residencial envolvidos em ações de Animação agroambiental.	Nº de crianças e jovens em AR envolvidos em ações de Animação agroambiental	**PP FM**, SCAT, SCL, JRP, AACF	n.a.	n.a.	n.a.
	275		n.d	40	Nº de crianças e jovens em Acolhimento Residencial envolvidos em ações de voluntariado	Nº de crianças e jovens em AR envolvidos em ações de voluntariado	SCAT, SCL, JRP, AACF	n.a.	n.a.	n.a.
OE2 - Contribuir para a rutura com o ciclo de exclusão social, promovendo processos de autonomização e integração sustentável.	40%	OO7. Implementar projetos holísticos de forma sistemática que promovam ambientes favoráveis às aprendizagens	n.d	20%	Taxa de abrangência de EE, de educandos até aos 16 anos (completos até 31 de dez), em projetos de reforço de competências parentais implementados nos CED tipo2, por equipas multidisciplinares.	(Nº de EE, de educandos até aos 16 anos (completos até 31 dez), abrangidos por projetos de reforço de competências parentais / Nº total de EE, de educandos até aos 16 anos) x 100	JRP, MP, NSC, NAP, PM	n.a.	n.a	n.a
	50%		n.d	20%	Taxa de abrangência de crianças e jovens, a partir do 1º CEB (inclusive), em projetos de reforço de competências sociais e de autonomia implementados nos CED Tipo2, por equipas multidisciplinares.	(Nº de crianças e jovens, a partir do 1º CEB (inclusive), abrangidos por projetos de reforço de competências sociais e de autonomia / Nº total de crianças e jovens a partir do 1º CEB) x 100	JRP, MP, NSC, NAP, PM	n.a.	n.a	n.a
	90%	OO8. Assegurar a inserção escolar/profissional dos jovens que saem da CPL	96,3%	90%	Taxa de crianças e jovens em Acolhimento Residencial inseridos em contexto escolar/profissional, aquando da integração em MNV.	(Nº de crianças e jovens inseridos em contexto escolar/profissional aquando da integração em MNV / Nº total educandos que integram MNV) x 100	SCAT, SCL	n.a.	n.a.	n.a.
	75%		n.d	75%	Taxa de jovens em respostas formativas (CEF,CA,CP, C.Ens. Secundário, CET) que saem da CPL, inseridos em contexto escolar/ profissional.	(Nº de jovens em respostas formativas que saem da CPL inseridos em contexto escolar/profissional / Nº total de jovens em respostas educativas e formativas que saem da CPL) x 100	JRP, MP, NAP, PM	n.a.	n.a.	n.a.
	30-11-2019	OO10. Redefinir a intervenção psicossocial dos CED Tipo 2	-	30-11-2019	Data de apresentação do documento técnico relativo à redefinição da intervenção psicossocial dos CED Tipo 2	Data de apresentação ao CD	**PP DAC/UASA**, JRP, MP, NSC, NAP, PM	n.a.	n.a.	n.a.

PE	Meta PE	Objetivo Operacional	Valor Referência	Meta 2019	Indicador		UO	Or [€]	RH	Plano de Formação
					Designação	Fórmula de cálculo				
OE3 - Assegurar que a CPL está na vanguarda das tendências nacionais e internacionais em matéria educativa e formativa.	95%	OO11. Alargar o modelo de aprendizagem reforçando as práticas pedagógicas ativas na construção de percursos educativos inclusivos e de inovação	45% AL 17/18	60%	Taxa de salas/turmas abrangidas pelo modelo de aprendizagem	(Nº de salas/turmas abrangidos pelo modelo de aprendizagem no AL n / Nº total de salas/turmas no AL n) x 100	**PP DAC/UEF**, JRP, MP, NSC, NAP, PM	n.a.	n.a.	X
	35%	OO12. Identificar e avaliar as competências sociais e pessoais das crianças e jovens no final de cada ciclo do ensino e nível formativo	n.d	20%	Taxa de crianças e jovens em REF com registos de certificados relativos a participações cívicas e/ou de voluntariado	(Nº de crianças e jovens com registos de certificados relativos a participações cívicas e/ou de voluntariado (anos terminais) / Nº total de crianças e jovens em REF (anos terminais)) x 100	**PP DAC/UEF**, JRP, MP, NSC, NAP, PM	n.a.	n.a.	n.a.
	5	OO14. Promover a cooperação e reforçar as relações com outras entidades, valorizando o *mentoring* empresarial	1	1	N.º de novos protocolos estabelecidos com entidades estratégicas	Nº de novos protocolos	**PP DAC/PLAN**, PM, NAP, MP	n.a.	n.a.	n.a.
	60%		n.d	30%	Taxa de áreas de formação abrangidas por planos de *mentoring*	(Nº de áreas de formação abrangidas por planos de *mentoring* / Nº total de áreas de formação) x 100	**PP EIP**, PM, NAP, MP, JRP	n.a.	n.a.	n.a.
OE4 - Promover o reconhecimento da CPL como uma marca de excelência na educação e formação de crianças e jovens	85%	OO15. Garantir a qualidade das aprendizagens e o sucesso educativo e formativo das crianças e jovens que frequentam a CPL	80% AL 17/18	83% [QUAR]	Taxa de sucesso escolar no final dos ciclos do ensino básico	[Nº crianças e jovens que concluíram o EB (1º, 2º e 3º ciclo) no ano letivo n / Nº total de crianças e jovens que frequentaram o ano terminal do EB (1º, 2º e 3º ciclo) no ano letivo n) x 100	JRP, MP, NSC, NAP	n.a.	n.a.	n.a.
	7500		1500	1500	N.º crianças e jovens em REF envolvidos em ações de Educação e Animação agroambiental	Nº de crianças e jovens envolvidas em ações de Educação e Animação agroambiental	**PP FM**, JRP, MP, NSC, NAP, PM	n.a.	n.a.	n.a.
	75%		70% AL 17/18	71% [QUAR]	Taxa de sucesso formativo no final de cada curso/nível (CEF, CA, CP, C.Ens. Secundário e CET)	(Nº de jovens que concluíram o curso no ano letivo n / Nº total de jovens que frequentaram o curso (ano terminal) no ano letivo n) x 100	JRP, MP, NAP, PM	n.a.	n.a.	n.a.
	75%		n.d.	60%	Taxa de satisfação global das crianças e jovens em REF	(Soma do nº de respostas "Satisfeito" e "Muito Satisfeito" / Nº Total de respostas válidas (todos os níveis)) x 100	**PP DAC/UEF**, PLAN, JRP, MP, NSC, NAP, PM	n.a.	n.a.	n.a.
	40	OO17. Garantir a atualização dos planos curriculares para melhor responder às necessidades do mercado de trabalho	n.d	8 [QUAR]	Nº de UFCD adaptadas às necessidades do mercado de trabalho por área de formação	Nº de UFCD adaptadas por área de formação	**PP DAC/UEF** MP, NAP, PM	n.a.	n.a.	n.a.
	3%	OO18. Combater o abandono escolar dos jovens sem certificação escolar e/ou profissional	8%	0,60%	Taxa de redução do abandono escolar dos jovens com idades entre 18 e 24 anos (completos até 31 de dez)	[1 - (Taxa de abandono escolar dos jovens com idades entre os 18 e os 24 anos no ano letivo n / Taxa de abandono escolar dos jovens com idades entre os 18 e os 24 anos no ano letivo n-1)]	JRP, MP, NAP, PM	n.a.	n.a.	n.a.

PE	Meta PE	Objetivo Operacional	Valor Referência	Meta 2019	Indicador		UO	Or [€]	RH	Plano de Formação
					Designação	Fórmula de cálculo				
OE5 - Recentrar a Intervenção da CPL na Reabilitação e Inclusão de Crianças e Jovens com deficiência e/ou Incapacidade	30	OO21. Consolidar o Centro de atendimento, acompanhamento e reabilitação social das pessoas com deficiência (CAARPD)	n.d	20	N.º de utentes do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social das pessoas com Deficiência (CAARPD)	Nº de utentes do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social da Pessoa com Deficiência (CAARPD)	DAC/UASA, AACF	n.a.	n.a.	n.a.
	10	OO22. Consolidar a Academia de Língua Gestual Portuguesa	-	2	Nº de materiais bilingues elaborados (relativos a conteúdos das disciplinas)	Nº de materiais bilingues elaborados	DAC/UEF, JRP	n.a.	n.a.	n.a.
OE 6 - Incrementar uma cultura organizacional para a motivação e captação de trabalhadores.	10	OO23. Reforçar a implementação de medidas de conciliação da vida profissional, pessoal e bem-estar dos trabalhadores	-	2 [QUAR]	Nº de medidas de conciliação da vida profissional, pessoal e bem-estar implementadas.	Nº de medidas de conciliação da vida profissional, pessoal e bem-estar implementadas	URH	n.a	n.a	n.a
	3,78		3,62	3,66	Índice anual de satisfação dos trabalhadores na dimensão "condições de trabalho".	Média de todas as respostas válidas na dimensão "condições de trabalho"	URH	n.a	n.a	n.a
	90%		80%	90%	Taxa de execução do plano de melhoria	Nº de propostas de melhoria concretizadas no ano n / Nº total de propostas de melhoria referenciadas no plano para o ano n) x 100	URH	n.a	n.a	n.a.
	10%	OO24. Diminuir o absentismo dos trabalhadores	n.d	2%	Taxa de redução anual de absentismo dos trabalhadores.	[1 - (Taxa de absentismo no ano n / Taxa de absentismo no ano n-1)]	URH	n.a	n.a	n.a
	10	OO26. Promover projetos e atividades inovadoras apresentadas pelos trabalhadores	-	2	Nº de projetos e atividades inovadores aprovados e executados, enquadrados no OBP	Nº de projetos e atividades inovadoras aprovados e executados	**PP URH**, DAC, DSP, CCC	2.000,00 €	n.a	n.a
	20	OO27. Recrutar e selecionar trabalhadores com perfil de competências adequadas aos novos desafios	5	4	Nº de perfis de competências definidos	Nº de perfis de competências	**PP URH**, DAC, AACF	n.a.	n.a	n.a
	n.a	OOA. Garantir a operacionalização atempada dos atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16 da LOE (redação provisória).	n.d	90% [QUAR]	Percentagem de trabalhadores com processamento da valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do seu processo de avaliação de desempenho (SIADAP3).	(N.º de trabalhadores com acréscimo no mês seguinte / N.º total de trabalhadores com valorização até à data em referência) x 100.	URH	n.a.	n.a	n.a
OE 7 - Desenvolver o capital humano adequando as competências às necessidades organizacionais.	90%	OO28. Fomentar a partilha de conhecimentos entre os profissionais	n.d	60%	Taxa de disponibilização de conteúdos de formação.	(Nº de conteúdos de formação disponibilizados / Nº total de conteúdos de formação) x 100	**PP URH**, CCC	n.a	n.a	n.a
	10		-	2	Nº de encontros temáticos internos realizados.	Nº de encontros temáticos internos	**PP URH**, CCC	500,00 €	n.a	n.a
	90%		6 (a)	50%	Taxa de mentorias implementadas em situação de mobilidade intercarreiras e/ou interserviços.	(Nº de mentorias implementadas /Nº total de mentorias planeadas) x 100	URH	1.000,00 €	X	X
	95%	OO29. Assegurar o desenvolvimento de competências dos trabalhadores através de formação de caráter estratégico	n.d	95%	Taxa de execução das ações de formação profissional estratégicas identificadas nos PAORH	(Nº de ações de formação profissional realizadas /Nº total de ações de formação profissional planeadas) x 100	URH	15.000,00 €	n.a	n.a
	5	OO30. Promover e incentivar medidas para a autoformação/desenvolvimento dos trabalhadores e das equipas	-	1	Nº de medidas de incentivo ao autodesenvolvimento dos trabalhadores implementadas.	Nº de medidas de incentivo ao autodesenvolvimento dos trabalhadores	URH	n.a.	n.a	n.a
	10%		n.d	5%	Taxa de ações em regime de autoformação	(Nº de ações em regime de autoformação realizadas / Nº total de ações planeadas) x 100	URH	n.a.	n.a	n.a
	1000		n.d	200	Nº de trabalhadores envolvidos em *teambuilding* internos.	Nº de trabalhadores envolvidos em *teambuilding*	**PP FM,** DAC, DSP, URH, UAJC, UQA, CCC, CED	n.a.	n.a	n.a
	30-11-2019	OO31. Implementar planos de sucessão dos postos de trabalho críticos	-	30-11-2019	Data de apresentação do mapeamento dos postos de trabalho críticos	Data de apresentação ao CD	URH	n.a.	n.a	n.a

OE 8 - Promover uma política estruturada de ambiente, segurança, saúde no trabalho e responsabilidade social.	20%	OO32. Promover a progressiva desmaterialização com vista ao "Papel zero"	n.d	4%	Taxa de redução de aquisição de papel (material de escritório)	[1 – (valor da despesa € de aquisição de papel no ano n / valor da despesa € de aquisição de papel no ano n-1) x 100]	DSP/UCP	n.a.	n.a	n.a
	10		n.d	2	Nº de iniciativas de desmaterialização implementadas	Nº de iniciativas de desmaterialização	**DSP**	(b)	n.a	n.a
	90%	OO33. Reforçar as medidas no âmbito do ambiente, segurança e saúde no trabalho	86% (c)	90%	Taxa de execução de consultas no âmbito da medicina no trabalho	(Nº de consultas realizadas /Nº total de consultas planeadas) x 100	URH	49.524,24€ (d)	n.a	n.a
	75%		n.d.	75%	Taxa de implementação de medidas preventivas e/ou corretivas no âmbito da segurança no trabalho.	(Nº de medidas preventivas e/ou corretivas implementadas / Nº total de medidas preventivas e/ou corretivas planeadas) x 100	**PP URH**, DSP	50.000,00 €	n.a	X
	10		n.d.	2	Nº de iniciativas de promoção da saúde no trabalho realizadas.	Nº de iniciativas de promoção da saúde no trabalho	URH	n.a.	n.a	n.a
	50%		n.d.	10%	Taxa de redução de aquisição de água engarrafada	[1 – (valor da despesa € de aquisição de água engarrafada no ano n / valor da despesa € de aquisição de água engarrafada no ano n-1) x 100]	DSP/UCP	n.a.	n.a	n.a
	15	OO34. Desenvolver medidas no âmbito da responsabilidade social	n.d.	3	Nº de ações de responsabilidade social realizadas	Nº de ações de responsabilidade social	**PP URH,** Todas as UOS	1.000,00 €	n.a	n.a
	10	OO35. Promover a eficiência energética de edifícios	2	2	Nº de iniciativas realizadas para tornar o edificado mais eficiente	Nº de iniciativas para tornar o edificado mais eficiente	DSP	100.000,00 €	n.a	n.a
	5%		n.d	1%	Taxa de redução do consumo energético	[1 – (consumo energético Kwatt no ano n / consumo energético Kwatt no ano n-1) x 100]	**PP DSP**, Todas as UOS	50.000,00 €	n.a	n.a

(a) Projeto piloto de 16/17 desenvolvido com a Aproximar
(b) considera-se prudente prevenir que uma das medidas tem custos orçamentais. Ex: colocação de impressoras partilhadas com código de impressão; atualização do smartdocs para a versão 4 (custos a apurar)
(c) histórico de 2016 - ano comparável considerando o universo a abranger: trab com >= 50 anos, regressos de baixas e acidentes trab (408/473)
(d) custo da aquisição de serviço de SST para 18/19/20

PE	Meta	Objetivo Operacional	Valor Referência	Meta 2019	Indicador		UO	Or [€]	RH	Plano de Formação
					Designação	Fórmula de cálculo				
OE 9 - Potenciar a marca/imagem da CPL.	30-11-2019	OO36. Definir e executar um plano de *marketing* institucional	-	30-11-2019	Data de apresentação do plano de *marketing* institucional.	Data de apresentação ao CD	CCC	**X**	n.a	n.a.
	2	OO37. Melhorar a imagem da CPL junto da opinião pública	-	1	Nº de estudos de opinião realizados.	Nº de estudos de opinião	CCC	2.000,00 €		n.a.
	250	OO38. Promover a divulgação externa de atividades, projetos realizados e prémios obtidos ao longo do ano	27	50	Nº de notícias divulgadas nos órgãos de comunicação.	Nº de notícias divulgadas	CCC	n.a.	n.a	n.a.
	750		n.d	150	Nº de iniciativas divulgadas em suportes internos (Intranet, *Facebook* e *website*)	Nº de iniciativas divulgadas em suportes internos	**PP CCC**, Todas as UOS	n.a.	n.a	n.a.
	5	OO39. Realizar encontros técnico-científicos na área da missão	3	1	Nº de encontros técnico-científicos realizados na área da missão.	Nº de encontros técnico-científicos	**PP DAC**, CCC, URH	3.200,00 €	n.a	n.a.
OE 10 - Redefinir prioridades na afetação de recursos orçamentais e sua articulação com as grandes opções estratégicas.	5%	OO41. Assegurar a afetação miníma de 5 % da dotação orçamental de receitas próprias, incluindo a dotação do OSS a projetos de investimento	n.d	3%	Taxa da dotação do agrupamento de despesas de capital.	(Dotação do agrupamento de despesas 07 " Despesas de capital" / Total de receitas próprias) x 100	DSP/UAF	n.a.	n.a.	n.a.
	Até novembro do ano n-1	OO42. Definir um plano anual de aquisição de bens e serviços	-	Até novembro do ano n-1	Data de apresentação do Plano Anual de Aquisições.	Data de apresentação ao CD	DSP/UCP	n.a.	n.a.	n.a.
	1º trim 2019	OO44. Definir um plano plurianual de investimento	-	1º trim	Data de apresentação do plano plurianual de investimento.	Data de apresentação ao CD	DSP/UAF	n.a.	n.a.	n.a.
	100	OO45. Renovar progressivamente os espaços de aprendizagem das respostas educativas e formativas	n.d	20 [QUAR]	Nº de espaços de aprendizagem renovados.	Nº de espaços de aprendizagem renovados	DSP	40.000,00 €	n.a.	n.a.
	20	OO46. Renovar progressivamente as condições de bem-estar e segurança das instalações afetas ao acolhimento	n.d	2	Nº de instalações afetas ao acolhimento renovadas.	Nº de instalações afetas ao acolhimento renovadas	DSP	35.000,00 €	n.a.	n.a.
OE 11 - Adequar a capacidade tecnológica, as infraestruturas e os equipamentos aos desafios estratégicos.	5 anos	OO47. Garantir a atualização do parque tecnológico.	n.d	6,2 anos	Antiguidade média dos computadores.	Σ anos de antiguidade computadores / Total computadores	DSP/SIC	55.000,00 €	n.a.	n.a.
	4 anos		n.d	7 anos	Antiguidade média dos equipamentos tecnológicos afetos às REF.	Σ anos de antiguidade de equipamentos tecnológicos afetos às REF / Total equipamentos tecnológicos afetos às REF	**PP DSP/SIC**, JRP, MP, NSC, NAP, PM	150.000,00 €	n.a.	n.a.
	3 anos		n.d	5 anos	Antiguidade média dos equipamentos alocados ao "Espaço de Convergência Tecnológica" das unidades de acolhimento.	Σ anos de antiguidade de equipamentos alocados ao "Espaço de Convergência Tecnológica" das unidades de acolhimento / Total equipamentos afetos ao "Espaço de Convergência Tecnológica" das unidades de acolhimento	**PP DSP/SIC**, SCAT, SCLA, LR, LA	15.000,00 €	n.a.	n.a.
	5	OO48. Implementar salas de elevada tecnologia (*hi-tech)* para as respostas educativas e formativas.	-	1	Nº de salas *Hi-tech* implementadas	Nº de salas *Hi-tech* implementadas	**PP DSP**, JRP, MP, NSC, NAP, PM	55.000,00 €	n.a.	n.a.
OE 12- Garantir uma política de segurança e proteção de dados em arquivo tecnológico e físico.	1 tonelada	OO50. Promover a racionalização dos arquivos da CPL.	n.d	200Kg	Quantidade de documentação eliminada em arquivo de preservação não obrigatória.	Quantidade de documentação eliminada em arquivo de preservação não obrigatória	**PP CCC,** Todas as UOS	500,00 €	n.a.	n.a.

5. QUAR 2019

No ano 2019, o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), como instrumento de apoio à gestão e de forma a monitorizar e avaliar o desempenho organizacional, integra os objetivos que visam contribuir para eixos prioritários de simplificação, transformação e expansão dos serviços prestados e melhoria da qualidade destes. No mapa seguinte, apresenta-se a articulação entre os objetivos estratégicos e os objetivos operacionais, e o posicionamento destes últimos nos parâmetros de Eficácia, Eficiência e Qualidade.

		Objetivos Estratégicos			
	Objetivos Operacionais	OE1 - Assegurar que a CPL seja reconhecida como referência nacional no Acolhimento de crianças e jovens em perigo	OE4 - Promover o reconhecimento da CPL como uma marca de excelência na educação e formação de crianças e jovens	OE 6 - Incrementar uma cultura organizacional para a motivação e captação de trabalhadores.	OE 10 - Redefinir prioridades na afetação de recursos orçamentais e sua articulação com as grandes opções estratégicas
Eficácia	OO2. Consolidar a Intervenção Terapêutica no Acolhimento Residencial				
	OO6. Potenciar a educação ambiental e cívica das crianças e jovens.				
	OO15. Garantir a qualidade das aprendizagens e o sucesso educativo e formativo das crianças e jovens que frequentam a CPL				
Eficiência	OO23. Reforçar a implementação de medidas de conciliação da vida profissional, pessoal e bem-estar dos trabalhadores				
	OOA. Garantir a operacionalização atempada dos atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16 da LOE (redação provisória).				
Qualidade	OO17. Garantir a atualização dos planos curriculares para melhor responder às necessidades do mercado de trabalho				
	OO45. Renovar progressivamente os espaços de aprendizagem das respostas educativas e formativas.				

No âmbito do Sistema de avaliação do desempenho dos serviços da Administração Pública (SIADAP 1), a CPL, I.P. definiu os objetivos, respetivos indicadores de desempenho e metas a integrar no QUAR, conforme se apresenta na tabela infra.

Parâmetro	Objetivos			Indicadores		Histórico		Meta			Peso Parcial
	Estratégicos	Operacionais	Peso	Designação	Fórmula de Cálculo	n-2	n-1	Meta	Tolerância	Valor Crítico	
Eficácia 50%	OE 1 - Assegurar que a CPL seja reconhecida como referência nacional no Acolhimento de crianças e jovens em perigo	OO2. Consolidar a Intervenção Terapêutica no Acolhimento Residencial	40%	Taxa de crianças e jovens em Acolhimento Residencial com Livro de Vida	(Nº de crianças/jovens em AR com 1 Livro de Vida / Nº total de crianças/jovens em AR) x100	n.d.	n.d.	**70%**	5%	76%	100%
		OO6. Potenciar a educação ambiental e cívica das crianças e jovens	15%	Nº crianças e jovens em Acolhimento Residencial envolvidos em ações de Animação agroambiental	Nº de crianças e jovens em Acolhimento Residencial envolvidos em ações de Animação Agroambiental	n.d.	n.d.	**150**	15	166	100%
	OE 4 - Promover o reconhecimento da CPL como uma marca de excelência na educação e formação de crianças e jovens	OO15. Garantir a qualidade das aprendizagens e o sucesso educativo e formativo das crianças e jovens que frequentam a CPL	45%	Taxa de sucesso escolar no final dos ciclos do ensino básico	(Nº crianças e jovens que concluíram o EB no ano letivo n / Nº total de crianças e jovens que frequentaram o ano terminal do EB no ano letivo n) x 100	n.d.	n.d.	**83%**	5%	89%	50%
				Taxa de sucesso formativo no final de cada curso/nível (CEF, CA, CP, C.Ens. Secundário e CET)	(Nº de jovens que concluíram o curso no ano letivo n / Nº total de jovens que frequentaram o curso (ano terminal) no ano letivo n) x 100	n.d.	n.d.	**71%**	5%	77%	50%
Eficiência 30%	OE 6 - Incrementar uma cultura organizacional para a motivação e captação de trabalhadores.	OO23. Reforçar a implementação de medidas de conciliação da vida profissional, pessoal e bem-estar dos trabalhadores	50%	Nº de medidas de conciliação da vida profissional, pessoal e bem-estar implementadas.	Nº de medidas de conciliação da vida profissional, pessoal e bem-estar implementadas	n.d.	n.d.	**2**	1	4	100%
		OOA. Garantir a operacionalização atempada dos atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16 da LOE (redação provisória).	50%	Percentagem de trabalhadores com processamento da valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do seu processo de avaliação de desempenho (SIADAP3).	(N.º de trabalhadores com acréscimo no mês seguinte / N.º total de trabalhadores com valorização até à data em referência) X 100.	n.d.	n.d.	**90%**	-	100%	100%
Qualidade (20%)	OE 4 - Promover o reconhecimento da CPL como uma marca de excelência na educação e formação de crianças e jovens	OO17. Garantir a atualização dos planos curriculares para melhor responder às necessidades do mercado de trabalho	50%	Nº de UFCD adaptadas às necessidades do mercado de trabalho por área de formação	Nº de UFCD adaptadas às necessidades do mercado de trabalho por área de formação	n.d.	n.d.	**8**	1	10	100%
	OE 10 - Redefinir prioridades na afetação de recursos orçamentais e sua articulação com as grandes opções estratégicas.	OO45. Renovar progressivamente os espaços de aprendizagem das respostas educativas e formativas.	50%	Nº de espaços de aprendizagem renovados.	Nº de espaços de aprendizagem renovados	n.d.	n.d.	**20**	2	23	100%

6. Orçamento Global

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2019

DESENVOLVIMENTO DAS RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 11 - TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL
Secretaria: 1 - MTSSS - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 90 - ENTIDADES PUBLICAS RECLASSIFICADAS
Divisão: 01 - CASA PIA DE LISBOA, IP

PROG	MED	CLASS. ECONÓMICA	RECEITA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL RECEITAS (EM EUROS)
				RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	OUTRAS	
012			TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL									
	027		SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL									
		04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:									
		04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:									
		04.02.01	JUROS DE MORA		5 000							5 000
		04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS									
		04.02.99.01	MULTAS DE PROCESSOS DISCIPLINARES		1 000							1 000
		04.02.99.02	MULTAS DE RENDAS		5 000							5 000
			Total do capitulo		**11 000**							**11 000**
		05	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE:									
		05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS									
		05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		1 000							1 000
		05.03	JUROS - ADMINISTRAÇÕES PUBLICAS:									
		05.03.01	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO									
		05.03.01.10	OUTROS JUROS									
		05.03.01.10.30	OUTROS JUROS		1 000							1 000
		05.10	RENDAS :									
		05.10.03	HABITAÇÕES		245 000							245 000
		05.10.04	EDIFÍCIOS		900 000							900 000
			Total do capitulo		**1 147 000**							**1 147 000**
		06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:									
		06.06	SEGURANÇA SOCIAL:									
		06.06.01	SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL			39 144 750						39 144 750
			Total do capitulo			**39 144 750**						**39 144 750**
		07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES:									
		07.01	VENDA DE BENS:									
		07.01.06	PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS		15 000							15 000
		07.02	SERVIÇOS:									
		07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS		2 500							2 500
		07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO		15 000							15 000
		07.02.99	OUTROS									
		07.02.99.01	COMPARTICIPAÇÕES DE ACÇÃO SOCIAL		115 000							115 000
		07.02.99.02	OUTROS PROVEITOS		10 000							10 000
			Total do capitulo		**157 500**							**157 500**
		08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES:									
		08.01	OUTRAS:									
		08.01.99	OUTRAS		100 000	120 000						220 000
		08.02	SUBSIDIOS									
		08.02.09	SEGURANCA SOCIAL						606 791			606 791
			Total do capitulo		**100 000**	**120 000**			**606 791**			**826 791**
		15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS:									
		15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS:									
		15.01.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS		20 000							20 000

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2019

DESENVOLVIMENTO DAS RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 11 - TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL
Secretaria: 1 - MTSSS - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 90 - ENTIDADES PUBLICAS RECLASSIFICADAS
Divisão: 01 - CASA PIA DE LISBOA, IP

PROG	MED	CLASS. ECONÓMICA	RECEITA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL RECEITAS (EM EUROS)
				RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	OUTRAS	
012	027		TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL									
			Total do capitulo		**20 000**							**20 000**
			Total da medida		**1 435 500**	**39 264 750**			**606 791**			**41 307 041**
			Total do programa		**1 435 500**	**39 264 750**			**606 791**			**41 307 041**
			Total das Atividades		**1 435 500**	**39 264 750**			**606 791**			**41 307 041**

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2019

DESENVOLVIMENTO DAS RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 11 - TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL
Secretaria: 8 - MTSSS - PROJETOS - SFA
Capítulo: 90 - ENTIDADES PUBLICAS RECLASSIFICADAS
Divisão: 01 - CASA PIA DE LISBOA, IP

PROG	MED	CLASS. ECONÓMICA	RECEITA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL RECEITAS (EM EUROS)
				RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	OUTRAS	
012			TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL									
	027		SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL									
		10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL:									
		10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL:									
		10.03.08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS									
		10.03.08.57	ESTADO-IGCP									
		10.03.08.57.60	ESTADO-IGCP			750 000						750 000
		10.06	SEGURANÇA SOCIAL:									
		10.06.01	SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL			340 000						340 000
			Total do capitulo			**1 090 000**						**1 090 000**
			Total da medida			**1 090 000**						**1 090 000**
			Total do programa			**1 090 000**						**1 090 000**
			Total dos Projetos			**1 090 000**						**1 090 000**
			Total do organismo		**1 435 500**	**40 354 750**			**606 791**			**42 397 041**

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2019

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 11 - TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL
Secretaria: 1 - MTSSS - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 90 - ENTIDADES PUBLICAS RECLASSIFICADAS
Divisão: 01 - CASA PIA DE LISBOA, IP

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL DESPESAS (EM EUROS)
					RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	OUTRAS	
012				TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL									
	027			SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL									
			01	DESPESAS COM O PESSOAL									
			01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES									
		2034	01.01.02	ÓRGÃOS SOCIAIS			1 105 500						1 105 500
			01.01.03	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇÃO PUBLICA			16 624 095			10 805			16 634 900
			01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO			574 392			436 008			1 010 400
			01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO			4 200						4 200
			01.01.10	GRATIFICAÇÕES			1 300						1 300
			01.01.11	REPRESENTAÇÃO			114 900						114 900
			01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS			2 500						2 500
			01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO			1 145 900						1 145 900
			01.01.14	SUBSIDIO DE FERIAS E DE NATAL									
			01.01.14.SF	SUBSIDIO FERIAS			1 576 000						1 576 000
			01.01.14.SN	SUBSIDIO NATAL			1 562 500						1 562 500
			01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS									
			01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS			120 000						120 000
			01.02.04	AJUDAS DE CUSTO			11 000						11 000
			01.02.05	ABONO P/ FALHAS			9 500						9 500
			01.02.10	SUBSIDIO DE TRABALHO NOTURNO			2 000						2 000
			01.02.11	SUBSIDIO DE TURNO			354 100						354 100
			01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES			25 100						25 100
			01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE			17 900						17 900
			01.03	SEGURANÇA SOCIAL									
			01.03.03	SUBSIDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS			48 000						48 000
			01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES			2 200						2 200
			01.03.05	CONTRIBUIÇÕES P/ A SEGURANÇA SOCIAL									
			01.03.05.A0	CONTRIBUICOES PARA A SEGURANCA SOCIAL									
			01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTACOES			3 417 500						3 417 500
			01.03.05.A0.B0	SEGURANCA SOCIAL			1 928 300						1 928 300
			01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL									
			01.03.10.SS	SERVICOS SOCIAIS DA ADMINISTRACAO PUBLICA			145 000						145 000
				Total do agrupamento			**28 791 887**			**446 813**			**29 238 700**
			02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES									
			02.01	AQUISIÇÃO DE BENS									
			02.01.01	MATERIAS-PRIMAS E SUBSIDIARIAS			1 000						1 000
			02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES			82 000						82 000
			02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE			58 000						58 000
			02.01.05	ALIMENTACAO-REFEICOES CONFECCIONADAS			1 505 000						1 505 000
			02.01.06	ALIMENTACAO-GENEROS P/ CONFECCIONAR			126 000						126 000
			02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS			1 000						1 000
			02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO									
			02.01.08.A0	PAPEL			9 500						9 500
			02.01.08.B0	CONSUMIVEIS DE IMPRESSAO			16 500						16 500
			02.01.08.C0	OUTROS			42 500						42 500
			02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS									

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2019

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 11 - TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL
Secretaria: 1 - MTSSS - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 90 - ENTIDADES PUBLICAS RECLASSIFICADAS
Divisão: 01 - CASA PIA DE LISBOA, IP

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL DESPESAS (EM EUROS)
					RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	OUTRAS	
012				TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL									
	027			SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL									
			02.01.09.C0	OUTROS			1 000						1 000
			02.01.10	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS									
			02.01.10.A0	PRODUTOS VENDIDOS EM FARMACIAS PRIVADAS			15 000						15 000
			02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLINICO			12 000						12 000
			02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE-PECAS			5 000						5 000
			02.01.14	OUTRO MATERIAL-PECAS			235 000						235 000
			02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS			11 000						11 000
			02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS			3 000						3 000
			02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA			1 000						1 000
			02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO			1 000						1 000
			02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO			250 000						250 000
			02.01.21	OUTROS BENS			220 000						220 000
			02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS									
			02.02.01	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES									
			02.02.01.A0	AGENCIA PARA A MODERNIZAÇAO ADMINISTRATIVA, I.P.			990 000						990 000
			02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE			816 000						816 000
			02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS			205 000						205 000
			02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS									
			02.02.04.A0	PRINCIPIO DA ONEROSIDADE			523 000						523 000
			02.02.04.C0	OUTROS			14 000						14 000
			02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA									
			02.02.05.B0	SOFTWARE INFORMATICO			2 500						2 500
			02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE			90 000						90 000
			02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS			83 000						83 000
			02.02.09	COMUNICAÇÕES									
			02.02.09.A0	ACESSOS A INTERNET			1 000						1 000
			02.02.09.B0	COMUNICACOES FIXAS DE DADOS			30 000						30 000
			02.02.09.C0	COMUNICACOES FIXAS DE VOZ			10 000						10 000
			02.02.09.D0	COMUNICACOES MOVEIS			15 000						15 000
			02.02.09.E0	OUTROS SERVICOS CONEXOS DE COMUNICACOES			8 000						8 000
			02.02.09.F0	OUTROS SERVICOS DE COMUNICACOES			5 000						5 000
			02.02.10	TRANSPORTES			25 000						25 000
			02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS			1 000						1 000
			02.02.12	SEGUROS									
			02.02.12.B0	OUTRAS			55 000						55 000
			02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS			15 000						15 000
			02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA									
			02.02.14.D0	OUTROS			1 000						1 000
			02.02.15	FORMAÇÃO									
			02.02.15.A0	TECNOLOGIAS DA INFORMACAO E COMUNICACAO - TIC			10 000						10 000
			02.02.15.B0	OUTRAS			112 000						112 000
			02.02.17	PUBLICIDADE									
			02.02.17.A0	PUBLICIDADE OBRIGATORIA			6 000						6 000
			02.02.17.B0	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL									
			02.02.17.B0.A0	EM TERRITORIO NACIONAL			11 500						11 500

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2019

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 11 - TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL
Secretaria: 1 - MTSSS - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 90 - ENTIDADES PUBLICAS RECLASSIFICADAS
Divisão: 01 - CASA PIA DE LISBOA, IP

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL DESPESAS (EM EUROS)
					RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	OUTRAS	
012				TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL									
	027			SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL									
			02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA			581 000						581 000
			02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA									
			02.02.19.A0	EQUIPAMENTO INFORMATICO - HARDWARE									
			02.02.19.A0.A0	IMPRESSORAS/FOTOCOPIADORAS/SCANNER			10 000						10 000
			02.02.19.A0.B0	OUTROS			67 000						67 000
			02.02.19.B0	SOFTWARE INFORMATICO			90 000						90 000
			02.02.19.C0	OUTROS			10 000						10 000
			02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS									
			02.02.20.A0	SERVICOS DE NATUREZA INFORMATICA									
			02.02.20.A0.A0	DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE			75 000						75 000
			02.02.20.D0	PATROCINIO JUDICIARIO			5 000						5 000
			02.02.20.E0	OUTROS			195 000						195 000
			02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE									
			02.02.22.D0	OUTROS INTERNAMENTOS			5 000						5 000
			02.02.22.H0	OUTROS			70 000						70 000
			02.02.23	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE									
			02.02.23.B0	VERIFICAÇAO MEDICA - JUNTA MEDICA E VERIFICAÇAO DOENÇA			25 000						25 000
			02.02.25	OUTROS SERVIÇOS			40 000						40 000
				Total do agrupamento			**6 797 500**						**6 797 500**
			03	JUROS E OUTROS ENCARGOS									
			03.01	JUROS DA DIVIDA PUBLICA									
			03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANC		10 000							10 000
			03.05	OUTROS JUROS									
			03.05.02	OUTROS									
			03.05.02.O0	OUTROS JUROS		2 000							2 000
			03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS									
			03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		10 000							10 000
				Total do agrupamento		**22 000**							**22 000**
			04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
			04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL									
			04.03.01	ESTADO									
			04.03.01.10	IGCP									
			04.03.01.10.30	IGCP		500							500
				Total do agrupamento		**500**							**500**
			05	SUBSÍDIOS									
			05.07	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS									
			05.07.01	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS		30 000							30 000
			05.08	FAMÍLIAS									
			05.08.03	OUTRAS		25 000							25 000
				Total do agrupamento		**55 000**							**55 000**
			06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES									
			06.02	DIVERSAS									

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2019

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 11 - TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL
Secretaria: 1 - MTSSS - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 90 - ENTIDADES PUBLICAS RECLASSIFICADAS
Divisão: 01 - CASA PIA DE LISBOA, IP

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL DESPESAS (EM EUROS)
					RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	OUTRAS	
012				TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL									
	027			SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL									
			06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS									
			06.02.01.01	IRC		1 000							1 000
			06.02.01.99	OUTROS		11 250							11 250
			06.02.03	OUTRAS									
			06.02.03.O0	OUTRAS		323 962	860 926			159 978			1 344 866
			06.02.03.R0	RESERVA		31 788	1 008 869						1 040 657
				Total do agrupamento		**368 000**	**1 869 795**			**159 978**			**2 397 773**
			07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL									
			07.01	INVESTIMENTOS									
			07.01.03	EDIFÍCIOS									
			07.01.03.B0	ADMINISTRACAO CENTRAL - SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS									
			07.01.03.B0.B0	CONSERVACAO OU REPARACAO			1 555 568						1 555 568
			07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTE			250 000						250 000
			07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA									
			07.01.07.B0	ADMINISTRACAO CENTRAL - SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS									
			07.01.07.B0.C0	OUTROS		275 000							275 000
			07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO									
			07.01.08.B0	ADMINISTRACAO CENTRAL - SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS									
			07.01.08.B0.B0	OUTROS		260 000							260 000
			07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO									
			07.01.09.B0	ADMINISTRACAO CENTRAL - SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS									
			07.01.09.B0.B0	OUTROS		20 000							20 000
			07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO									
			07.01.10.B0	ADMINISTRACAO CENTRAL - SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS									
			07.01.10.B0.B0	OUTROS		260 000							260 000
			07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		10 000							10 000
			07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		1 000							1 000
				Total do agrupamento		**826 000**	**1 805 568**						**2 631 568**
			10	PASSIVOS FINANCEIROS									
			10.06	EMPRÉSTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZOS									
			10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANC		164 000							164 000
				Total do agrupamento		**164 000**							**164 000**
				Total da medida		**1 435 500**	**39 264 750**			**606 791**			**41 307 041**
				Total do programa		**1 435 500**	**39 264 750**			**606 791**			**41 307 041**
				Total das Atividades		**1 435 500**	**39 264 750**			**606 791**			**41 307 041**

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2019

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 11 - TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL
Secretaria: 8 - MTSSS - PROJETOS - SFA
Capítulo: 90 - ENTIDADES PUBLICAS RECLASSIFICADAS
Divisão: 01 - CASA PIA DE LISBOA, IP

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL DESPESAS (EM EUROS)
					RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	OUTRAS	
012				TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL									
	027			SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL									
			07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL									
			07.01	INVESTIMENTOS									
			07.01.03	EDIFÍCIOS									
			07.01.03.B0	ADMINISTRACAO CENTRAL - SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS									
		2034	07.01.03.B0.B0	CONSERVACAO OU REPARACAO			1 090 000						1 090 000
				Total do agrupamento			**1 090 000**						**1 090 000**
				Total da medida			**1 090 000**						**1 090 000**
				Total do programa			**1 090 000**						**1 090 000**
				Total dos Projetos			**1 090 000**						**1 090 000**
				Total do organismo		**1 435 500**	**40 354 750**			**606 791**			**42 397 041**
				Total do ministério - receita		**1 435 500**	**40 354 750**			**606 791**			**42 397 041**
				Total do ministério - despesa		**1 435 500**	**40 354 750**			**606 791**			**42 397 041**

7. Mapa de Pessoal

REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

PARA CONHECIMENTO
-Chefe do Gabinete de Sua Excelência a Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência
-Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado do Emprego

-01274 18-08-23

Exmª. Senhora
Presidente do Conselho Diretivo da
Casa Pia de Lisboa
Av. dos Restelo, n.º 1
1449 - 008 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		ENT.: 8134/MTSSS/2018 PROC. Nº: 418/2012/297	

ASSUNTO: PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DA CPL,IP. PARA 2019

Por delegação de competências do Senhor Ministro e nos termos do n.º 8 do Despacho n.º 1300/2016 de 13 de janeiro, encarrega-me o Secretário de Estado do Emprego de enviar a V. Exª, os originais dos mapas mencionados em epígrafe, onde recaiu o despacho de 23 de agosto, cujo teor se transcreve:

> **"Aprovo.**
> **(Ao abrigo do n.º 8 do Despacho n.º 1300/2016, de 13 de janeiro, publicado no DR, 2ª Série, nº 18, de 27 de janeiro de 2016.)**
> **23.08.2018**
> **a) Miguel Cabrita"**

Com os melhores cumprimentos.

O CHEFE DO GABINETE

(Tiago Preguiça)

pm/

Aprovo
(Ao abrigo do n.º 8 do Despacho n.º 1300/2016, de 13 de janeiro, publicado no DR, 2ª série, nº 18, de 27 de janeiro de 2016.)
23/08/2018
MIGUEL CABRITA
Secretário de Estado do Emprego

MAPA RESUMO DOS POSTOS DE TRABALHO POR CARGO/CARREIRA

	ÁREA DE ATUAÇÃO	CARGO/CARREIRA	ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA/ESPECÍFICA	PT Necessários
SERVIÇOS CENTRAIS	Conselho Diretivo	Dirigente		3
	Apoio à Direção	Técnico Superior		2
		Assistente Técnico		1
				6
	Serviços Partilhados	Dirigente		3
		Técnico Superior	Lic. Arquitetura ou Eng Civil ou Eng.Mecânica a)	17
		Assistente Técnico		11
		Assistente Operacional	CQM/CAM b)	10
		Especialista de Informática		1
		Técnico de Informática		5
				47
	Apoio à Coordenação	Dirigente		3
		Técnico Superior		27
		Assistente Técnico		4
				34
	Qualidade e Auditoria	Dirigente		1
		Técnico Superior		5
				6
	Assuntos Jurídicos e Contencioso	Dirigente	Lic. em Direito / Cédula Profissional	1
		Técnico Superior	Lic. em Direito / Cédula Profissional c)	5
				6
	Recursos Humanos	Dirigente		1
		Docente		1
		Técnico Superior	Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho d) Lic. Em Direito e)	14
		Assistente Técnico		7
				23
				122
CEDS	Direção	Dirigente		25
	Respostas Educativas e Formativas (REF)	Docente / Técnico Especializado		478
				478
	Apoio à Educação e Formação	Técnico Superior		46
		Assistente Técnico		63
		Assistente Operacional		61
				170
	Respostas Acolhimento (RAC)	Técnico Superior		121
		Assistente Técnico		13
		Assistente Operacional		20
				154
	STASE	Técnico Superior	Psicologia ou Serviço Social	56
				56
	Educação e Reabilitação	Docente		9
		Técnico Superior		7
		Assistente Técnico		2
				18
	Formação e Qualificação de Adultos com deficiência	Docente		1
		Técnico Superior		3
		Assistente Técnico		5
				9
	Educação Ambiental	Docente		4
		Técnico Superior		3
		Assistente Técnico		0
		Assistente Operacional		0
				7
	Animação ambiental e campos de férias	Técnico Superior		2
		Assistente Técnico		0
				2
	Terapia	Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica		15
				15
	Serviços Administrativos e de Manutenção	Técnico Superior		11
		Coordenador Técnico		1
		Assistente Técnico		38
		Assistente Operacional		37
				87
				1021

CENTRO CULTURAL CASAPIANO	Direção	Dirigente		1
	Atividades sociais, culturais e artísticas	Docente		1
		Técnico Superior		7
	Comunicação interna, externa e gestão de imagem	Técnico Superior		3
	Serviços Administrativos e de Manutenção	Técnico Superior		1
		Assistente Técnico		3
		Assistente Operacional		1
				17
				1160

a) 3 PTN carecem de Licenciatura em Arquitetura, Engenharia Civil ou Engenharia Mecânica
b) 6 PTN carecem de carta de qualificação (CQM) / certificado de aptidão para motorista (CAM)
c) 1 PTN carece de cédula profissional
d) 2 PTN carece de formação em Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho
e) 1 PTN carece de Licenciatura em Direito

MAPA RESUMO DOS POSTOS DE TRABALHO POR CARREIRA E SERVIÇO

	CARGO/CARREIRA	PT Necessários
SERVIÇOS CENTRAIS (SC)	Dirigente	12
	Técnico Superior	70
	Docente	1
	Assistente Técnico	23
	Assistente Operacional	10
	Especialista de Informática	1
	Técnico de Informática	5
	sub-total	**122**
CED's	Dirigente	25
	Técnico Superior	249
	Docente	492
	Coordenador Técnico	1
	Assistente Técnico	121
	Assistente Operacional	118
	Técnico Superior de Diagnóstico e Terap	15
	sub-total	**1021**
CENTRO CULTURAL CASAPIANO (CCC)	Dirigente	1
	Técnico Superior	11
	Docente	1
	Assistente Técnico	3
	Assistente Operacional	1
	sub-total	**17**
	Total	**1160**

MAPA RESUMO DOS POSTOS DE TRABALHO POR CARGO/CARREIRA

CARGO/CARREIRA	PT Necessários
Presidente do Conselho Diretivo	1
Vice-Presidente	1
Vogal	1
Dirigente Intermédio de 1º grau	9
Dirigente Intermédio de 2º grau	9
Dirigente Intermédio de 3º grau	17
Total de Dirigentes	**38**
Técnico Superior	330
Docente	494
Coordenador Técnico	1
Assistente Técnico	147
Assistente Operacional	129
Técnico de Diagnóstico e Terapêutica	15
Informático	6
Sub-total *	**1122**
Total	**1160**

* - Não inclui Dirigentes

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Plano Anual de recrutamento de trabalhadores sem vínculo de emprego públicc
(n.º 3 do art.º 28.º da LTFP na redação da Lei n.º 25/2017, de 30/05

Serviço / Organismo:

Grupo/cargo/carreira/categoria	N.º de postos de trabalho	Caracterização	Observações	Recrutamento externo
Técnico Superior(CEAGP)	7	**1 TS** - área da educação e formação de crianças e jovens; **1 TS** - área do planeamento, avaliação e controlo ; **1 TS** - área de qualidade e auditoria ; **1 TS** - área jurídica e de contencioso; **1 TS** - área de gestão financeira; **1 TS** - área da contratação pública; **1 TS** para a área de gestão de RH.	A contratar com **Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado** . A retirar, caso a a autorização do Plano Anual de Recrutamentos para a Administração Pública permita a abertura dos procedimentos concursais ainda em 2018. Dependente também da abertura de nova edição de CEAGP pelo INA.	X
Técnico Superior	47	**44 TS** Área do Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em perigo , incluindo crianças e jovens surdos e crianças e jovens adultos surdo-cegos, para atividade em Casas de Acolhimento, em Lar de Apoio e em Lar Residencial.	**37 TS** a contratar com **Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado** e **7 TS** (média mensal) a contratar com **Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto** , ao abrigo do art. 57º nº 3 da LTFP, a fim de prevenir substituições de trabalhadores temporariamente impedidos de prestar atividade , considerando o nº de TS com ausências justificadas superiores a 60 dias, a elvada taxa de absentismo na CPL (superior à da AP) o desgaste funcional e a média etária dos trabalhadores (49 anos) nesta área de atuação. Dos 37 Postos de Trabalho de TS,**16** são para preenchimento imediato de postos de trabalho vagos e**21** são a preencher por recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal.Mantêm-se as necessidades de RH nesta área de missão, mantendo-se também válidos os fundamentos da proposta da CPL para abertura de procedimento concursal externo, formalizada através da Informação nº 9072/2016, de 5-8, tendo os mesmos sido acolhidos pelos pareceres produzidos no âmbito do MTSSS, conforme Informação nº 746/2016, de 18-8 da SG do MTSSS, e no âmbito da DGAEP, nos termos da Informação nº 1954/DRJE/2016, de 27-9, que se reiterou no âmbito da proposta de Plano Anual de Recrutamento sectorial/2018 enviada à SGMTSSS e validada pelo SEE. A ajustar, caso a a autorização do Plano Anual de Recrutamentos para a Administração Pública permita a abertura dos procedimentos concursais ainda em 2018.	X
		1 TS Intérprete de LGP	A contratar com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.	X
		1 TS Animação ambiental		X
		1 TS na área da Saúde e Segurança no Trabalho		X
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário*	48	**48** Docentes, Formadores e Técnicos Especializados, de acordo com as funções/atividade prevista no Estatuto da Carreira Docente, para a Área da Educação e Formação de forma a garantir a satisfação da oferta educativa e formativa da CPL,IP	**38** a contratar com **Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo** para o ano escolar de 2019/2020, e **10** (média mensal) a contratar com Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto, para prevenir substituições no mesmo ano escolar. O número de recrutamentos será ajustado em função das regularizações efetuadas no âmbito do PREVPAP.	X
Téc. Superior Diagnóstico e Terapêutica	4	**4 TSDT** – 2 Terapeutas Ocupacionais e 2 Terapeutas da Fala	A contratar com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado	X
Assistente operacional, operário, auxiliar	18	**18** Assistentes Operacionais – para as áreas de missão da CPL	**10 AO** a contratar com **Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado** e **8 AO** (média mensal) a contratar com **Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto**, para prevenir no mesmo ano, ao abrigo do art. 57º nº 3 da LTFP, a substituiçõesde trabalhadores temporariamente impedidos de prestar atividade , considerando o nº de AO com ausências justificadas superiores a 60 dias, a elevada taxa de absentismo na CPL (superior à da AP) e a média etária dos trabalhadores (49 anos) . A não autorização dos procedimentos externos de recrutamento para esta carreira nos moldes propostos põe em causa a segurança e qualidade da intervenção nas áreas de missão da CPL. Dada a impossibilidade de preenchimento de PT nesta carreira/categoria através de instrumentos de recrutamento interno utilizados sem resultado (cfr. OE201702/0057 e OE201805/0734 publicadas na BEP e DRE), releva o **manifesto Interesse público no recrutamento de trabalhadores sem vinculo de emprego público** .	X

Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	8	**8 AT** – para as áreas de missão da CPL e suporte	**8 AT** (média mensal) a contratar com **Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto**, para prevenir no mesmo ano, ao abrigo do art. 57º nº 3 da LTFP, a substituiçõesde trabalhadores temporariamente impedidos de prestar atividade , considerando o nº de AT com ausências justificadas superiores a 60 dias, a elevada taxa de absentismo na CPL (superior à da AP) e a média etária dos trabalhadores (49 anos) .	X
Pessoal de Inspecção	0			
Enfermeiro	0			

Total	**132**

*Se for para iniciar o ano letivo o pedido deve ser formulado em janeiro.

Anexos

Indicadores de Gestão

Publicação	Indicador		Meta	UO	Periodicidade
	Designação	Fórmula de cálculo			
IG Acolhimento Residencial	Taxa de Ocupação nas Respostas Acolhimento	(Nº total de crianças e jovens acolhidos no período de referência por unidade de acolhimento / Nº total de camas por unidade de acolhimento) x 100	n.a.	DAC_PLAN	Trimestral
	Taxa de Acompanhamento à Inserção em Meio Natural de Vida	[Nº de crianças e jovens que saem do acolhimento residencial com acompanhamento técnico da CPL (CAFAP + F. Transição) / Nº total de crianças e jovens que saem do acolhimento residencial para meio natural de vida] x 100	n.a.		
	Taxa de crianças e jovens com Projeto Vida definido	(Nº total de crianças e jovens com projeto de vida definido / Nº total de crianças e jovens acolhidos) x 100	n.a.		
	Taxa de transição/aprovação das crianças e jovens em Acolhimento Residencial (ER)	(Nº crianças e jovens em AR com transição/aprovação no ano letivo / Nº total de crianças e jovens em AR matriculados no ano letivo) x 100	n.a.	SCAT, SCL	Anual
	Taxa de conclusão da formação das crianças e jovens em Acolhimento Residencial	(Nº crianças e jovens que concluíram o ciclo formativo no ano letivo / Nº total de crianças e jovens que frequentaram o ano terminal do ciclo formativo no ano letivo) x 100	n.a.		
	Taxa de integração em REF da CPL das crianças e jovens em Acolhimento Residencial	(Nº de crianças e jovens sinalizadas e integradas / Nº de crianças e jovens sinalizadas para frequência de REF da CPL) x 100	n.a.		Trimestral
IG Educação e Formação	Taxa de progressão de jovens no 2º CEB	(Nº de jovens que concluem o 2º CEB em 2 anos letivos / Nº total de jovens considerados em inicio de ciclo) X 100	n.a.	DAC_UEF	Anual (2 momentos de monitorização)
	Taxa de jovens que concluem os Cursos de Educação e Formação (CEF)	(Nº de jovens que concluíram o ciclo formativo no ano letivo / Nº total de jovens que frequentaram o ano terminal do ciclo formativo no ano letivo) x 100	n.a.		
	Taxa de jovens que concluem os Cursos Profissionais (CP)	(Nº de jovens que concluíram o ciclo formativo no ano letivo / Nº total de jovens que frequentaram o ano terminal do ciclo formativo no ano letivo) x 100	n.a.		
	Taxa de jovens que concluem os Cursos de Aprendizagem (CA)	(Nº de jovens que concluíram o ciclo formativo no ano letivo / Nº total dejovens que frequentaram o ano terminal do ciclo formativo no ano letivo) x 100	n.a.		
	Taxa de Fidelização das crianças da Educação Pré-Escolar	(Nº de crianças matriculadas no 1º ano do 1º CEB e com frequência do PE no ano letivo anterior/ Nº total de crianças com 6 anos completos até 31 de dezembro e que frequentaram o PE no ano letivo anterior,).	n.a.	DAC_UEF	Anual
	Taxa de Fidelização das crianças e jovens do 1º, 2º e 3º CEB	(Nº de crianças e jovens matriculados no ano letivo e com frequência CPL no ano letivo anterior / Nº total de crianças e jovens aprovados no ano letivo anterior)	n.a.		
IG Grandes N.ºs AR	Nº de crianças e jovens em AR (admitidas, acolhidas, saídas e transições)	Nº de crianças e jovens	n.a.	DAC_PLAN	Trimestral
	Nº de crianças e jovens em CA, CAT, AA, LA e LR	Nº de crianças e jovens	n.a.		
	Nº de crianças e jovens com acompanhamento técnico em MNV	Nº de crianças e jovens	n.a.		

Publicação		Indicador		Meta	UO	Periodicidade
		Designação	Fórmula de cálculo			
IG Grandes N.ºs	Ed. e Form	Nº de crianças e jovens por resposta educativa (Creche, Educação Pré-escolar, Ensino Básico)	Nº de crianças e jovens	n.a.	DAC_UEF, DAC_UASA	Trimestral
		Nº de jovens por resposta formativa (CEF, CP, CA, C Ens. Sec., CET)	Nº de jovens	n.a.		
		Nº de jovens por resposta específica (CAO, CAARPD, Cursos EFA/UFCD)	Nº de jovens	n.a.		
		Nº de jovens entre os 18 e os 24 anos (até 31 dez), que frequentam REF na CPL	Nº de jovens	n.a.	DAC_UASA	
		Nº de crianças e jovens por escalões de Apoios Sociais	Nº de crianças e jovens	n.a.	DAC_UASA	
		Nº de clientes abrangidos pelo programa de Educação agroambiental e Animação agroambiental	Nº de clientes	n.a.	FM	
		Nº de crianças e jovens CPL abrangidos pelo programa de Educação e Animação agroambiental_2018	Nº de crianças e jovens	n.a.		
		Nº de jovens que terminam o percurso formativo na CPL, procuram apoio da EIP e são acompanhados na inserção profissional	Nº de jovens	n.a.	DAC_UEF	Anual
IG KPI	AR	Tempo médio permanência em CA	(Nº total de meses (mês e ano atual - mês e ano de entrada) / Nº total de crianças e jovens em Casas de Acolhimento)	36 meses	DAC_UASA	Trimestral
		Taxa de jovens em AR a frequentar o Ensino Secundário, equivalente ou Superior	(Nº de jovens em AR a frequentar o ensino secundário, equivalente ou superior, com idade ≥15 anos (completos até 31 de dezembro) / Nº total de crianças e jovens em AR com idade ≥15 anos (completos até 31 de dezembro)) x 100	30%	SCAT, SCL, JRP	
	Ed. e Form	Taxa de execução da Oferta Educativa e Formativa (crianças e jovens)	(Nº de crianças e jovens a frequentar o ano letivo n / Nº total de crianças e jovens matriculados na CPL no ano letivo n (31 de dezembro)) x 100	80%	DAC_UEF	
		Taxas de Aprovação no Ensino Básico	(Nº crianças e jovens que concluíram o ciclo no ano letivo n/ Nº total de crianças e jovens que frequentaram o ano terminal do ciclo no ano letivo n) x 100	1º CEB _ 95 % 2º CEB _ 85% 3º CEB _ 80%	DAC_UEF	Trimestral
		Taxa de jovens com percurso direto de sucesso nos Cursos de Educação e Formação (CEF)	[Nº jovens que concluem CEF em 2 anos no ano letivo / Nº total de jovens considerados em inicio de ciclo e que frequentaram o ano terminal no ano letivo] x 100	55%	DAC_UEF	Anual (2 momentos de monitorização)
		Taxa de jovens com percurso direto de sucesso nos Cursos Profissionais (CP)	[Nº jovens que concluem C. Profissional em 3 anos no ano letivo / Nº total de jovens considerados em inicio de ciclo e que frequentaram o ano terminal no ano letivo] x 100	55%		
IG Projeto		Centro de Recursos	n.a.	n.a.	JRP	Trimestral
		Centro QUALIFICA	n.a.	n.a.	JRP	
		Qualificação das Pessoas com Deficiência e/ou incapacidade (PCDI)	n.a.	n.a.	JRP	

Publicação	Indicador		Meta	UO	Periodicidade
	Designação	Fórmula de cálculo			
IG Grandes N.ºs	Recursos Humanos (Mapa de Pessoal)	Nº de efetivos	n.a.	URH	Trimestral
IG Suporte Painel dashboard	Rácio RHs_AR (efetivos /criança e jovem)	(Nº efetivos AR / Nº crianças e jovens AR)	n.a.	URH	
	Rácio RHs_REF	(Nº efetivos REF / Nº crianças e jovens REF)	n.a.		
	Taxa de execução do plano de formação URH	(Nº de ações de formação realizadas / Nº de ações de formação previstas) x 100	n.a.		

Publicação	Indicador		Meta	UO	Periodicidade
	Designação	Fórmula de cálculo			
IG Grandes N.ºs	Recursos Financeiros	não aplicável	n.a.	DSP_UAF	Trimestral
IG Suporte Painel dashboard	Custo médio mensal criança/jovem_AR (despesas correntes Acolhimento Residencial)	(∑ despesas correntes até ao trimestre *n* / Nº crianças e jovens em AR até ao trimestre n)	n.a.	DSP_UAF	Trimestral
	Custo médio mensal criança/jovem_REF	(∑ despesas correntes até ao trimestre n / Nº crianças e jovens em REF até ao trimestre n)	n.a.		
	Taxa de execução da receita Cofinanciada	(Receita cofinanciada executada até ao período de referência / Receita cofinanciada orçamentada) x100	n.a.		
	Taxa de execução da receita própria (sem saldo)	(Receita própria executada até ao período de referência / Receita própria orçamentada) x100	n.a.		
	Taxa execução do Acordo de Cooperação com o IEFP	(valor executado até ao período de referência / valor aprovado) x100	n.a.	DSP_UAF	
	Taxa de redução do volume financeiro circulante	[1- (Valor do ano n / Valor ano n-1)] x100	n.a.	DSP	
	Tempos médios de instrução processual de aquisição de bens	[∑(data de compromisso – data Abr) / Nº de processos adjudicados])	n.a.	DSP_UCP	

Indicadores de Processo_SGI

Publicação	Indicador		Meta 2019	UO	Periodicidade	Processo SGI
	Designação	Fórmula de cálculo				
Painel Indicadores Processo	**Tempo médio de concretização da admissão**	Σ (data de acolhimento na CA - Data de entrada ou data de reativação do pedido) / Nº total de c/j com concretização da admissão na CA	a definir	DAC/UASA	semestral	R01
	Taxa de Avaliação/Revisão PDP	(Nº de c/j com PDP avaliados/revistos / Nº de c/j com avaliação/revisão de PDP aplicável no período em apreço) x 100	a definir	DAC/UASA	semestral	R01
	Tempo médio (meses) de acompanhamento pelo CAFAP da CPL	Σ (Data autorização CD proposta de saída - Data autorização CD proposta Transição) / Nº total de crianças/jovens com proposta de saída/encerramento da intervenção pelo CAFAP	a definir	DAC/UASA	semestral	R01
	Taxa de satisfação global das crianças e jovens acolhimento Residencial	(Soma do nº de respostas *"Satisfeito"* e *"Muito Satisfeito"* / Nº Total de respostas válidas (todos os níveis)) x 100	a denir	DAC/UASA	anual	R02
	Taxa de execução de relatórios de Integração elaborados no prazo igual ou inferior a 25 dias	(Nº de Relatórios de Integração elaborados no prazo igual ou inferior a 25 dias / Nº total de crianças/jovens com relatório de integração aplicável no período em apreço) x 100	a definir	DAC/UASA	semestral	R02
	Taxa de execução de relatórios de Avaliação Semestral elaborados por criança/jovem acolhido/a há mais de 25 dias	(Nº de Relatórios de Avaliação Semestral / Nº total de crianças/jovens acolhidos/as com relatório semestral aplicável no semestre em apreço) x 100	a definir	DAC/UASA	semestral	R02
	Tempo médio de concretização da decisão relativo à candidatura	Σ (Data de Homologação – Data de submissão da candidatura) / Nº total de candidaturas submetidas e validadas	a definir	DAC/UASA	anual	R03
	Taxa de Plano de Desenvolvimento Pessoal (PDP) formalizados ao longo do 1º Período Escolar	(Nº total de PDP formalizados até 31 de Dezembro (novos admitidos) / Nº total de educandos (novos admitidos)) x 100	a definir	DAC/UASA	anual	R03
	Taxa de Plano de Desenvolvimento Pessoal (PDP) avaliados ao longo do ano	(Nº total de PDP avaliados até 30 de Setembro (educandos ano letivo transato) / Nº total de educandos a 30 setembro (educandos ano letivo transato)) x 100	a definir	DAC/UASA	anual	R03
	Taxa de ex-educandos, beneficiários do apoio da Equipa de Inserção Profissional (EIP), que foram inseridos no mercado de trabalho	(Nº de ex-educandos beneficiários do apoio da EIP inseridos em MT / Nº de ex-educandos beneficiários da EIP) x 100	a definir	DAC/EIP	anual	R03
	Taxa de planificação de tempos letivos com recurso a ferramentas digitais	(Nº de tempos letivos planificados com recurso a ferramentas digitais / Nº de tempos letivos previstos) x 100	a definir	DAC/UEF	anual	R04
	Taxa de execução de tempos letivos nos novos espaços de aprendizagem	(Nº tempos letivos executados nos novos espaços de aprendizagem / Nº total tempos letivos previstos) x 100	a definir	DAC/UEF	quadrimestral	R04

Indicadores Processo

Publicação	Indicador		Meta 2019	UO	Periodicidade	Processo SGI
	Designação	Fórmula de cálculo				
	Taxa de satisfação global dos educandos 1º CEB	(Soma do nº de respostas *"Satisfeito"* e *"Muito Satisfeito"* / Nº Total de respostas válidas (todos os níveis)) x 100	a definir	DAC/UEF	anual	R04
	Taxa de satisfação global dos educandos 2º CEB	(Soma do nº de respostas *"Satisfeito"* e *"Muito Satisfeito"* / Nº Total de respostas válidas (todos os níveis)) x 100	a definir	DAC/UEF	anual	R04
	Taxa de satisfação global dos educandos 3º CEB	(Soma do nº de respostas *"Satisfeito"* e *"Muito Satisfeito"* / Nº Total de respostas válidas (todos os níveis)) x 100	a definir	DAC/UEF	anual	R04
	Taxa de planificação de tempos letivos (componente sociocultural e científica) com recurso a ferramentas digitais	(Nº de tempos letivos (componente sociocultural e científica) planificados com recurso a ferramentas digitais / Nº de tempos letivos previstos (componente sociocultural e científica)) x 100	a definir	DAC/UEF	anual	R05
	Taxa de planificação de tempos letivos (componente técnica) com recurso a ferramentas digitais	(Nº de tempos letivos (componente técnica) planificados com recurso a ferramentas digitais / Nº de tempos letivos previstos (componente técnica)) x 100	a definir	DAC/UEF	anual	R05
	Taxa de execução de tempos letivos nos novos espaços de aprendizagem (componente sociocultural e científica)	(Nº tempos letivos (componente sociocultural e científica) executados nos novos espaços de aprendizagem / Nº total tempos letivos previstos (componente sociocultural e científica)) x 100	a definir	DAC/UEF	quadrimestral	R05
	Taxa de execução de tempos letivos nos novos espaços de aprendizagem (componente técnica)	(Nº de tempos letivos (componente técnica) executados nos novos espaços de aprendizagem / Nº total de tempos letivos previstos (componente técnica)) x 100	a definir	DAC/UEF	quadrimestral	R05
	Taxa de satisfação global dos educandos dos Cursos Educação e Formação (CEF)	(Soma do nº de respostas *"Satisfeito"* e *"Muito Satisfeito"* / Nº Total de respostas válidas (todos os níveis)) x 100	a definir	DAC/UEF	anual	R05
	Taxa de satisfação global dos educandos dos Cursos Profissionais (CP)	(Soma do nº de respostas *"Satisfeito"* e *"Muito Satisfeito"* / Nº Total de respostas válidas (todos os níveis)) x 100	a definir	DAC/UEF	anual	R05
	Taxa de satisfação global dos educandos dos Cursos de Aprendizagem (CA)	(Soma do nº de respostas *"Satisfeito"* e *"Muito Satisfeito"* / Nº Total de respostas válidas (todos os níveis)) x 100	a definir	DAC/UEF	anual	R05
	Taxa de satisfação global dos educandos dos Cursos do Ensino Secundário	(Soma do nº de respostas *"Satisfeito"* e *"Muito Satisfeito"* / Nº Total de respostas válidas (todos os níveis)) x 100	a definir	DAC/UEF	anual	R05
	Taxa de satisfação global dos educandos dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET)	(Soma do nº de respostas *"Satisfeito"* e *"Muito Satisfeito"* / Nº Total de respostas válidas (todos os níveis)) x 100	a definir	DAC/UEF	anual	R05

Publicação	Indicador		Meta 2019	UO	Periodicidade	Processo SGI
	Designação	Fórmula de cálculo				
Indicadores Processo	**Taxa de execução do mapa de pessoal**	(Nº total de PTO / Nº total de PTN orçamentados) x 100 [Nota: PT orçamentados]	95%	URH	semestral	S01
	Taxa de execução do plano de formação	(Nº total de ações executadas /Nº total de ações planeadas) x 100	a definir	URH	trimestral	S01
	Taxa de execução da avaliação da formação	(Nº de ações avaliadas / Nº total de ações realizadas) x 100 [Nota: ações selecionadas pelo CD]	a definir	URH	semestral	S01
	Taxa de satisfação global dos trabalhadores	(Soma do nº de respostas *"Satisfeito"* e *"Muito Satisfeito"* / Nº Total de respostas válidas (todos os níveis)) x 100	a definir	URH	anual	S01
Indicadores Processo	**Taxa de sucesso na definição de metas aprovadas em PAORH**	(Nº de metas aprovadas sem revisão no ano *n* / Nº total de metas aprovadas no ano *n)* x 100	a definir	DAC/PLAN	anual	G01
	Taxa de execução de Ações de Melhoria	(Nº de ações de melhoria fechadas num dado período / Nº total de ações de melhoria abertas) x 100	a definir	UQA	semestral	G02
	Taxa de concretização do Programa Anual de Auditorias Internas	(Nº de auditorias internas realizadas / Nº total de auditorias internas previstas) x 100	a definir	UQA	semestral	G02
	Taxa de concretização das atividades de Auscultação da Satisfação	(Nº de atividades de auscultação da satisfação concretizadas num dado período / Nº total de atividades de auscultação da satisfação previstas nesse mesmo período) x 100	a definir	UQA	semestral	G02
	Taxa de concretização do Plano de Comunicação	(Nº de ações de comunicação definidas em Plano de Comunicação e realizadas / Nº total de ações de comunicação definidas em Plano de Comunicação) x 100	a definir	CCC	semestral	S02
	Taxa de ações extraplano	[Nº total de ações extraplano solicitadas / (Nº total de ações em plano de comunicação + Nº total de ações extraplano solicitadas)) x 100	a definir	CCC	semestral	S02
	Taxa de concretização do Programa de gestão ambiental	(Número de ações executadas / Número de ações previstas) x 100	a definir	UQA	trimestral	S03
	Taxa de concretização do Plano de ação de segurança	(número de ações executadas / número de ações previstas) x 100	a definir	URH	trimestral	S03

Publicação	Indicador		Meta 2019	UO	Periodicidade	Processo SGI
	Designação	Fórmula de cálculo				
Painel Indicadores Processo	**Número de acidentes/incidentes envolvendo infraestruturas e equipamentos**	Número de acidentes envolvendo infraestruturas e equipamentos	a definir	DSP/URH	trimestral	S03
	Número de acidentes/incidentes ambientais	Número de acidentes/incidentes ambientais	a definir	UQA	trimestral	S03
	Prazo médio de pagamento a fornecedores	$\left(\frac{\sum_{t-3}^{t} Dívidas_fornecedores}{\sum_{t-3}^{t} Aquisição_Bens_Serviços}\right) \times 365$	a definir	UAF	anual	S04
	Volume de dívida de clientes face aos proveitos reconhecidos no ano N	(Dívidas de clientes no semestre do ano *N* / Proveitos reconhecidos no semestre do ano *N)* x 100	a definir	UAF	semestral	S04
	Evolução da dívida (de clientes e de trabalhadores) face ao ano N - 1	((Total de dívida no ano N) / (Total de dívida no ano N-1) -1) x 100	a definir	UAF	anual	S04
	Taxa de incobrabilidade de dívida (de clientes e de trabalhadores)	(Dívida incobrável no ano *N* / Total de dívida existente no ano *N*) x 100	a definir	UAF	anual	S04
	Tempo médio de desenvolvimento dos processos de aquisição de bens	Σ (data de compromisso - data de abertura) / nº processos adjudicados	a definir	UCP	trimestral	S05
	Tempo médio de desenvolvimento dos processos de aquisição de serviços	Σ (data de compromisso - data de abertura) / nº processos adjudicados	a definir	UCP	trimestral	S05
	Tempo médio de desenvolvimento dos processos de aquisição de empreitadas de obras públicas	Σ (data de compromisso - data de abertura) / nº processos adjudicados	a definir	UCP	semestral	S05
	Taxa de avaliação de fornecedores	(Nº de fornecedores avaliados no ano *n* / Total de fornecedores contratados no ano *n*) x 100	a definir	UCP	trimestral	S05

Publicação	Indicador		Meta 2019	UO	Periodicidade	Processo SGI
	Designação	Fórmula de cálculo				
Painel Indicadores Processo	**Tempo médio de resolução de pedidos de intervenção_Informática**	$\left(\frac{\sum_{t-3}^{t} Dívidas_fornecedores}{\sum_{t-3}^{t} Aquisição_Bens_Serviços}\right) \times 365$	do pedido de intervenção - nº de os / recursos externos) / Nº de	a definir	DSP	mensal	S06
	Tempo médio de resolução de pedidos de intervenção_Infraestruturas e equipamentos	Σ (Data da resolução - data do registo do pedido de intervenção - nº de dias de suspensão para esclarecimentos / recursos externos) / Nº de pedidos de intervenção	a definir	DSP	mensal	S06
	Tempo médio de resolução de pedidos de intervenção_Contratação pública e transportes	Σ (Data da resolução - data do registo do pedido de intervenção - nº de dias de suspensão para esclarecimentos / recursos externos) / Nº de pedidos de intervenção	a definir	DSP	mensal	S06
	Taxa de aproveitamento dos bens de imobilizado	((Total de bens de imobilizado - bens em armazém virtual - bens em armazém local) / Total de bens de imobilizado) x 100	a definir	DSP	semestral	S06
	Taxa de abates	(Nº de bens de imobilizado abatidos / Total de bens de imobilizado) x 100	a definir	DSP	anual	S06
	Taxa de bens de imobilizado parametrizados	(Nº de bens de imobilizado parametrizados / Nº de bens de imobilizado adquiridos) x 100	a definir	DSP	anual	S06
	Taxa de concretização de manutenção preventiva	(Nº contratos de manutenção preventiva celebrados / Nº total de contratos de manutenção preventiva propostos) x 100	a definir	DSP	anual	S06
	Taxa de conformidade da resolução de pedidos_Informática	(Nº de pedidos confirmados / Nº de pedidos resolvidos) x 100	a definir	DSP	trimestral	S06
	Taxa de conformidade da resolução de pedidos_ Infraestruturas e equipamentos	(Nº de pedidos confirmados / Nº de pedidos resolvidos) x 100	a definir	DSP	trimestral	S06
	Taxa de conformidade da resolução de pedidos_ Contratação pública e transportes	(Nº de pedidos confirmados / Nº de pedidos resolvidos) x 100	a definir	DSP	trimestral	S06

Parecer do Fiscal Único

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 77/2012, de 26 de março (Lei Orgânica da CPL), e no artigo 28.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro (Lei Quadro dos Institutos Públicos), na sua redação atual, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional de **CASA PIA DE LISBOA, I.P.** (a Entidade) relativos a 2019, que compreendem o Plano de atividades, Orçamento e Recursos Humanos, as Demonstrações Financeiras Previsionais, e mapas orçamentais anexos, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no Plano de atividades, Orçamento e Recursos Humanos, bem como nas instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2019 (Circular Série A – n.º 1390).

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões nelas incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos das disposições estatutárias e legais, nomeadamente pelas alíneas b) do n.º 1 e a) do n.º 2, ambas do artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR SOBRE A REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

A nossa responsabilidade consiste em:

(i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional;

(ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e

(iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Inscrita na OROC sob o n.º 23
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 15000
N.º de Matrícula/NIPC 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE · HEAD OFFICE
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, nº 75,
8º piso, Fração 8.02
1070-061 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197 · F: +351 217 273 129
www.orasroc.pt · E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO · CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
2415-396 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175 · F: +351 244 822 178

DELEGAÇÃO NORTE · NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitólio
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132

ANÁLISES EFETUADAS

1. Análise do Plano de Atividades

Apreciámos o "Plano de atividades, Orçamento e Recursos Humanos", elaborado em sintonia com a estratégia e os objetivos prosseguidos pela Entidade. De acordo com a informação que nos foi disponibilizada, consideramos adequados os pressupostos utilizados na sua preparação.

2. Análise da proposta do Orçamento

A proposta de Orçamento para o ano de 2019 que nos foi presente no documento "Plano de atividades, Orçamento e Recursos Humanos", teve em consideração as instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2019 (Circular Série A – n.º 1390).

Apresentamos de seguida um resumo pelos agrupamentos de classificação económica:

2.1. Orçamento da Receita

Classificação Económica	Descrição	Orçamento
04	Taxas, multas e penalidades	11 000
05	Rendimentos da propriedade	1 147 000
06	Transferências correntes	39 144 750
07	Venda de bens e serviços correntes	157 500
08	Outras receitas correntes	826 791
	Total Receitas Correntes	**41 287 041**
10	Transferências de capital	1 090 000
15	Reposições não abatidas no pagamento	20 000
	Total Receitas Capital	**1 110 000**
	TOTAL	**42 397 041**

No Orçamento da Receita da Entidade para o exercício de 2019 destaca-se a rubrica 06 – Transferências correntes, que apresenta o valor de 39.144.750 euros, representando cerca de 92% do total do Orçamento, e respeita à verba que será transferida do Orçamento da Segurança Social, conforme comunicado recebido do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS). Esta rubrica apresenta um aumento de cerca de 954.750 euros, quando comparada com o valor orçamentado para 2018 (38.190.000 euros).

2.2. Orçamento da Despesa

Classificação Económica	Descrição	Orçamento
01	Despesas com o pessoal	29 238 700
02	Aquisição de bens e serviços	6 797 500
03	Juros e outros encargos	22 000
04	Transferências correntes	500
05	Subsídios	55 000
06	Outras despesas correntes	2 397 025
	Total Despesas Correntes	**38 510 725**
07	Aquisição de bens de capital	3 722 316
10	Passivos financeiros	164 000
	Total Despesas Capital	**3 886 316**
	TOTAL	**42 397 041**

No que respeita ao Orçamento da Despesa, as rubricas mais significativas são a 01 – Despesas com o pessoal (29.238.700 euros) e Aquisições de bens e serviços, correntes e de capital (10.519.516 euros), que representam, respetivamente, cerca de 69% e 25% do total do Orçamento.

Nas Despesas com o pessoal, e comparativamente com o Orçamento para 2018, verifica-se um acréscimo de cerca de 488.200 euros. Esta situação apresenta-se devidamente detalhada e justificada no Anexo IX – Memória justificativa do OE/2019.

No que respeita às Aquisições de bens e serviços, as correntes totalizam 6.797.500 euros e decorrem de compromissos plurianuais assumidos, bem como de despesas de processos que se iniciarão em 2019. A rubrica de aquisições de bens e serviços de capital apresenta um acréscimo por via do aumento do financiamento proveniente do IGFSS. O valor orçamentado servirá para empreitadas de recuperação e beneficiação de imóveis, património da Casa Pia de Lisboa.

3. Análise das demonstrações financeiras previsionais

Analisámos as demonstrações financeiras previsionais, as quais incluem o Balanço previsional (que evidencia um total de 105.684.600 euros e um total de fundos próprios de 96.770.050 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 8.770.350 euros), a Demonstração dos resultados previsional e o Mapa de fluxos de caixa previsional, que estão de acordo com os pressupostos utilizados na sua preparação, sustentando a atividade prevista para o exercício de 2019 e que tiveram por base o grau de execução orçamental ajustado em função das especificidades e informação previsional para cada rubrica.

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

CONCLUSÃO E OPINIÃO

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS).

Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

ÊNFASES

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de setembro, em 1 de janeiro de 2018 entrou em vigor o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplicando-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas, onde se inclui a Entidade. No entanto, a Casa Pia de Lisboa, I.P. apresenta as suas Demonstrações financeiras previsionais para 2019 de acordo com o POCISSSS, pois considera-se enquadrada no âmbito das Instituições de Segurança Social excecionadas pelo artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, sobre a execução do Orçamento do Estado para 2018.

A Entidade prevê a transferência a título gratuito do ativo relativo à "Urbanização Nossa Senhora da Conceição", para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) ou Câmara Municipal de Almada, durante o exercício de 2019, situação que estava anteriormente prevista para o exercício de 2018. A concretizar-se a referida operação, tal resultará numa perda extraordinária de 10.1 milhões de euros, afetando negativamente os resultados desse exercício.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Lisboa, 27 de agosto de 2018

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC nº 1266

Memória Descritiva do Mapa de Pessoal

Memória descritiva

Com a apresentação da proposta de **Mapa de Pessoal para 2019,** para a Casa Pia de Lisboa, IP, impõem-se as seguintes observações:

Estão refletidas as necessidades da CPL,IP, permanentes e temporárias de RH, tendo em consideração os objetivos previstos no Plano Estratégico 19/23 e no Plano de Atividades, Orçamento e RH para 2019, com vista à salvaguarda do adequado cumprimento da sua missão, de acordo com o previsto nos artigos 28º e 29º da LTFP;

São demarcadas as necessidades de recrutamento de trabalhadores sem vínculo de emprego público ou com vínculo de emprego público a termo, especificando-se o número de postos de trabalho que se pretende ocupar, nos termos do art. 28º nº 3 da LTFP, sendo apresentado em simultâneo, proposta para o Plano Anual e Setorial de Recrutamento, conforme previsto, conjugadamente, também no art. 30º nºs 4 e 5 da mesma Lei, na redação vigente;

Prevê-se o mesmo número global de necessidades de RH previsto no Mapa de Pessoal de 2018, **1160** postos de trabalho**,** denotando-se, desta forma, estabilidade na gestão previsional de RH.

Assim, o número total de postos de trabalho corresponde **ao número total previsional de efetivos** – postos de trabalho necessários (PTN) -, entre os quais se contemplam os seguintes postos de trabalho:

- 154 PTN para as respostas de acolhimento residencial (CED's de Stª Catarina, Stª Clara, António Aurélio Costa Ferreira e Jacob Rodrigues Pereira), com vista, essencialmente, à reconstituição das respetivas equipas educativas, de acordo com o modelo organizativo aprovado para as casas de acolhimento, que incluem, designadamente, as necessidades reportadas para os Lar de Apoio e Lar Residencial, Apartamentos de Autonomização/Casa das Mães, sendo 16 PT's a recrutar por procedimento concursal externo, para a área do acolhimento

residencial de forma a completar as necessidade identificadas para o efeito no total de 37 PTN (16 + 21);

- Reforço de 2 PTN na carreira especial de Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica, com relação ao mapa de pessoal de 2018, para fazer face a exigências de apoio terapêutico na área da educação e formação e reabilitação das crianças e jovens;
- Reforço de 1 PTN de TS para a atividade de intérprete de Língua Gestual Portuguesa;
- Reforço de 1 PTN qualificado em SST na área de RH face à reafectação da atividade no âmbito da gestão por processos - SGIQA (processo S03);
- Reposição do efetivo, em especial na carreira de AO, considerada crítica para a segurança e qualidade das áreas de intervenção com crianças e jovens;
- Estima-se a necessidade de 23 PT (8 AO, 8 AT e 7 TS) para prevenir substituições de trabalhadores das carreiras gerais temporariamente impedidos de prestarem serviço (casos de ausências justificadas por 60 ou mais dias), em especial nas áreas de missão, à semelhança do procedimento adotado para a carreira docente, a contratar com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, ao abrigo do art. 57º nº 3 da LTFP, como forma de garantir o normal funcionamento dos serviços, tendo em conta que a taxa de absentismo da CPL tem vindo a crescer nos últimos 4 anos, situando-se acima da média na AP (10,8% em 31-12-2017, conforme balanço social de 2017);
- Manutenção da previsão de 1 PT na carreira de Assistente Técnico, categoria de Coordenador Técnico, conforme previsto no Anexo da LTFP a que se refere o nº 2 do art. 88º desta Lei, de forma a prevenir as funções de chefia técnica e administrativa, para UO com a dimensão legalmente exigida;
- Contemplam-se 60 postos de trabalho, que não serão objeto de orçamentação, por se considerar esta opção absolutamente crítica, já que permitirá à Casa Pia de Lisboa desenhar uma política de estabilização do seu capital humano, com especial reforço na área do acolhimento residencial, prevenindo-se, assim, também, uma folga de conforto que permitirá ajustar eventuais necessidades de premência decorrentes de medidas de política sectorial e flexibilidade de gestão.

No que respeita à carreira do pessoal docente, a presente proposta de mapa de pessoal contempla 38 postos de trabalho para contratação a termo certo, para os

próximos anos letivos (18/19 e 19/20) - considerando o despacho de validação de S. Exa. O Secretário de Estado do Emprego relativamente ao Plano Anual de Recrutamento de Trabalhadores Sem Vínculo de Emprego Público do MTSSS para 2018, o Nº de situações regularizadas no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP), e a manutenção dos PTN a submeter a recrutamento externo contemplados na proposta apresentada pela CPL para o Plano de Recrutamentos de 2019 – incluindo a ocupação, em média, de 10 postos de trabalho, através de contratação a termo incerto, com vista a colmatar substituições temporárias - números que se contemplam no Mapa de Pessoal, tendo em conta que estas contratações se enquadram no conceito de efetivos.

Em suma, os PTN previstos na presente proposta de mapa de pessoal relativamente aos docentes e técnicos especializado abrangidos pelo Estatuto da Carreira Docente, visam garantir as necessidades da educação e formação, em dois anos letivos seguidos, 2017/18 e 2018/2019, considerando que as necessidades de recrutamento deste pessoal se refletem a partir de Setembro de cada ano civil (data de início de cada ano letivo) para contratação até ao final de Agosto do ano civil seguinte (data fim de cada ano letivo), devendo ser prevenidas para 2019, desta forma, como tendo sido procedimento adotado, considerado adequado e aprovado ao longo dos anos.

Por fim, para melhor sustentação desta necessidade de recrutamento, acresce acentuar, que em 2018 se procedeu à contratação de 74 docentes com CTFP por tempo indeterminado no âmbito do PREVPAP, prevendo-se a regularização no corrente ano de mais algumas situações em função do parecer positivo da CAB do MTSSS e respetiva homologação pelo membros do Governo competentes, a considerar para ajustamento do nº de PT's a submeter a procedimentos concursais de recrutamento.

A presente proposta de Mapa de Pessoal enquadra-se nas instruções para preparação do Orçamento do Estado para 2019, constantes da Circular Série A nº 1390, e visa o cumprimento dos prazos na mesma determinados.